

**MANDATO DE 2025-2029**

**ATA N.º 2 / 2026**

----- A Assembleia Municipal de Sertã reuniu em Sessão Ordinária, nos termos do nº 1 do artigo 27º e na alínea b) do nº 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75 de 12 de setembro 2013, para deliberação sobre os assuntos constantes na Ordem do Dia, no dia 16 de fevereiro de 2026, pelas 15:30 no Salão da Assembleia Municipal no Edifício dos Paços do Concelho, presidida por José Pedro Leitão Ferreira, auxiliado pelos secretários, Anabela Farinha Leitão Ruivo Brizio e Samuel Dias Xavier.-----

-----Feita a chamada verificou-se a existência das seguintes presenças: José Pedro Leitão Ferreira, João Carlos Silva Almeida, Vítor Manuel do Carmo Cavalheiro, Marco Paulo Ferreira Menéz dos Santos ,Jorge Manuel Marques Coluna,Anabela Farinha Leitão Ruivo Brizio, Cláudia Isabel da Silva António, Jorge Manuel Rodrigues Farinha, Paulo Jorge Lopes Santos Cunha,Manuel Francisco Antunes Dias, Daniel Filipe Nunes Luís, Maria João Alves Ribeiro, Diogo Ribeiro Matias, Samuel Dias Xavier, Elisabete Maria de Jesus Nunes Ramos Siebeling, Maria João Fernandes da Mota Torres , João César Duarte Antunes, Jorge Manuel Farinha Nunes, Paulo Jorge António Martins Ferreira, Nuno Miguel Antunes Pereira, Álvaro Fernando Carvalho Monteiro, Adriana Pires Santos ,António Nunes Xavier, Carlos Mateus Marques Lopes, Célia Maria Duarte Luís, Pedro Manuel Martins da Silva, Paulo José Martins Alves, Rui Jorge Dias Monteiro, Joaquim José da Silva Pereira Alves, Rogério Paulo Antunes Luís e Susana Isabel Alves Rodrigues.-----

-----Pediram a substituição à sessão que foi apreciada e aceite as deputadas municipais:-----

Maria Beatriz Martinho de Bastos Lemos Simões (PSD) tendo sido substituída por Maria João Fernandes da Mota Torres;-----

Carolina Costa Pedro (CHEGA) tendo sido substituída por Nuno Miguel Antunes Pereira;-----

Matilde Bettencourt Fernandes Damas Moreira (PS) tendo sido substituída por Paulo Jorge António Martins Ferreira. -----

-----1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

-----1.1 – Informações sobre o expediente da Assembleia Municipal.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Cumprimentou todos os presentes e ouvintes que seguem esta sessão através da Rádio Condestável. -----

De seguida declarou haver quórum e abriu a sessão ordinária.-----

Iniciou a sua intervenção deixando uma mensagem de solidariedade a todas e a todos aqueles que, no nosso concelho, foram afetados, no passado dia 28 de janeiro, pela tempestade Kristin. Foram muitos e o impacto foi muito elevado, tanto ao nível da economia local como ao nível da economia familiar. Deixou também palavras de consternação e solidariedade para com as famílias das vítimas associadas a esta tempestade, não só no nosso concelho como nos concelhos vizinhos. -----

Por vezes, é difícil compreender e aceitar estas situações inesperadas e as suas consequências; no entanto, elas fazem-nos recordar que não controlamos a natureza nem os fenómenos naturais e que as alterações climáticas terão cada vez mais impacto no futuro das nossas vidas. Teremos de ser cada vez mais resilientes, atentos e preparados para as enfrentar. -----

Este conjunto de tempestades e as cheias subsequentes irão colocar o País, em particular as zonas do litoral e do interior centro, sob uma pressão adicional que demorará bastante tempo a ser ultrapassada. O impacto foi considerado brutal. Manifestou votos de que os apoios elencados pelo Governo possam chegar, de forma célere, às famílias e às empresas que deles tanto necessitam, para que a população possa retomar as suas vidas, recuperar alguns dos seus bens e seguir em frente. A todos deixou uma palavra de solidariedade da Assembleia Municipal.

-----**Presidente da Assembleia:** Seguidamente ao abrigo da alínea d) artigo 34º do Regimento da Assembleia Municipal da Sertã solicitou permissão para inclusão: - Propostas - “ Voto de Pesar “ pelo falecimento do Senhor Eduardo Martins Patrício Mendes, entregue pelas bancadas do PSD, PS e CHEGA;” Voto de Louvor “ e uma “ Moção – Realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária “ entregues pela bancada do PSD do Concelho da Sertã. -----

**Deliberação:** Após a respetiva apreciação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade a inclusão no período de “ Antes da Ordem do Dia “ - Ponto 1.1 - Propostas - “ Voto de Pesar “ pelo falecimento do Senhor Eduardo Martins Patrício Mendes, ” Voto de Louvor “ e uma “ Moção – Realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária “.-----

----- **Presidente da Assembleia** - Interveio conforme documento que faz parte integrante da presente ata “ Voto de Pesar “, pelo falecimento do Senhor Dr. Luis Adelino de Freitas Damas Moreira, Primeiro Presidente da Assembleia Municipal a que todas as bancadas se associaram - (Anexo I).-----

----- **João Carlos Almeida (PSD):** Cumprimentou todos os presentes.-----

*Handwritten initials and a star symbol in the top right corner.*

Intervio conforme documento que faz parte integrante da presente ata “ Voto de Pesar “, pelo falecimento do Senhor Eduardo Martins Patrício Mendes - (Anexo II).-----

-----**Presidente da Assembleia** – Intervio de imediato, referindo que o Senhor Eduardo Patrício era um exemplo de intervenção cívica nos órgãos autárquicos.-----

-----Colocados à votação, foram aprovados por unanimidade sendo seguidos por um minuto de silêncio .-----

-----**Diogo Ribeiro Matias (PSD)**: Cumprimentou todos os presentes. -----

A Bancada do Partido Social Democrata apresentou “Voto de louvor- Tempestade kristin - documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo III). ---

-----Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade-----

-----**Presidente da Assembleia** : Deu ainda conhecimento que: -----

A Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa informou que vai convocar os membros efetivos para a reunião extraordinária da Assembleia Intermunicipal, a realizar no dia 26 de fevereiro, pelas 18h30.-----

A bancada do Partido CHEGA designou o deputado Paulo Jorge dos Santos Cunha como representante do partido na Comissão de Estudo para a alteração do Regimento da Assembleia Municipal da Sertã. -----

A Assembleia Municipal do Funchal, de Penamacor e de Vale de Cambra expressaram profunda solidariedade para com o Município, na sequência da catástrofe provocada pela tempestade Kristin. Estes atos de solidariedade são importantes e devem ser interpretados como um incentivo e uma forma adicional de enfrentarmos os próximos meses de trabalho e de recuperarmos da destruição provocada pela tempestade Kristin.-----

No âmbito da proposta para a transmissão online, em direto e em formato vídeo, das sessões da Assembleia Municipal da Sertã, salientou que foi recebida, por parte da Comissão de Proteção de Dados e da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, informação que será oportunamente analisada pelos serviços jurídicos da Câmara Municipal. Relativamente aos aspetos da transmissão em vídeo, recomenda-se “*a recolha do consentimento não apenas dos titulares dos dados que exercem funções na Assembleia Municipal, mas também daqueles que, apesar de não exercerem essas funções, façam uso da palavra nas sessões transmitidas e divulgadas online.*”-----

Trata-se de uma simples resposta às dúvidas levantadas aquando da aprovação da proposta apresentada pela bancada do Partido CHEGA. Temos de estar atentos: a

proteção individual de dados implica que todos tenham de autorizar, incluindo, eventualmente, o público que intervenha em cada sessão da Assembleia Municipal; ---  
A Universidade Politécnica de Castelo Branco enviou uma “Moção em Defesa do Ensino Superior no Interior do País”, que visa expressar a preocupação de um conjunto de instituições universitárias com o aumento de vagas e com os moldes em que esse aumento se processou. Embora, à partida, possa parecer uma medida equilibrada e democrática, permitindo um aumento em todas as instituições de ensino superior, tem implicações particulares nas instituições de Ensino Superior no Interior; -  
A Assembleia Municipal de São Pedro do Sul enviou uma “Moção em Defesa dos Agricultores, das Comunidades Rurais e do Equilíbrio do Território”, centrada na presença de espécies selvagens, nomeadamente javalis e lobos, em zonas próximas das povoações e explorações agrícolas, provocando um conjunto de prejuízos bastante avultados nas culturas, nos rebanhos e na segurança da população. -----

- **Solicitou intervenção:** -----

-----**Jorge Nunes (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. -----

Iniciou a sua intervenção com uma palavra de solidariedade para com toda a população do Concelho que sofreu as consequências da tempestade Kristin e com um agradecimento a todos os que participaram na ajuda possível. -----

Seguidamente, pela Bancada do Partido Social Democrata, apresentou a “Moção – Realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária”, documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo IV). -----

-----**Presidente da Assembleia:** Interveio, questionando os líderes de bancada se, uma vez que a Moção acabou de ser apresentada e se presume que não era conhecida de todas as bancadas, se pretendem algum período de discussão interna ou se se pode avançar para a votação. -----

- **Solicitou intervenção:** -----

-----**Jorge Rodrigues (PS):** Cumprimentou todos os presentes. -----

Relativamente a este ponto, referiu que a “Moção” apresentada pelo PSD não constava na “Ordem do Dia”. Foi votada a sua inclusão, mas o seu teor era desconhecido. Após a leitura do documento pelo deputado, não a entende como “Moção”, até porque, salvo melhor opinião jurídica, a figura legal para requerer uma Assembleia Extraordinária, de acordo com o artigo 28.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece que: *“1 – A assembleia municipal reúne em sessão extraordinária por iniciativa do seu presidente, da mesa ou após requerimento: a) (...) b) De um terço dos seus membros; c) De um número de cidadãos eleitores inscritos*

no recenseamento eleitoral do município equivalente a 5 % do número de cidadãos eleitores, até ao limite máximo de 2500.”-----

O seu entendimento relativamente a sessões extraordinárias é que o que foi apresentado não era uma “Moção”, mas sim um requerimento ao Presidente da Mesa, para convocar nos termos da lei. Ainda assim, caso algum jurista presente na sala queira contrariar esta leitura, manifestou abertura a essa interpretação, reiterando, no entanto, que se tratou de uma leitura rápida e que não tiveram oportunidade de conhecer previamente a pretensão. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Tomou da palavra, referindo que as condições definidas tanto na lei como no Regimento da Assembleia Municipal, relativamente à convocatória ou aos pedidos de agendamento de uma sessão extraordinária, são as que foram mencionadas, devendo o pedido ser apresentado à Mesa da Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente da Câmara, por decisão do próprio Presidente da Assembleia Municipal ou por um terço dos seus membros. Saliu que tem de ser apresentado um requerimento e que esta situação não cabe no âmbito do Regimento, não sendo possível agendar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal que não tenha sido solicitada nos termos da legislação. Referiu ainda existir outro pedido, constante do ponto 2.5 da Ordem do Dia, que também não está em conformidade.----- Assim, reconheceu que, se se interpretar com algum rigor o Regimento, o objetivo da realização das sessões extraordinárias das assembleias municipais, nos termos da Lei n.º 75/2013, é o de tratar de assuntos de urgência ou de interesse relevante que não podem aguardar pelas sessões ordinárias agendadas. Referiu que existe diferenciação entre as duas propostas: o teor da última que foi apresentada enquadrar-se num carácter de urgência e surge na sequência da tempestade Kristin, contudo, neste momento, não se encontra em conformidade. Acrescentou que, caso assim o entendam, poder-se-á reformular e analisá-la juridicamente e, se possível, enquadrá-la numa sessão extraordinária ou ordinária, ficando o compromisso de encontrar uma solução para que essa proposta seja discutida no final do verão. Considerou que esta é a forma mais equilibrada, caso as bancadas estejam de acordo. De momento, não será possível submetê-la a votação.-----

-----**Presidente da Câmara :** Deu a palavra à **Senhora Vereadora Cristina Nunes**-----

Cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção referindo que o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil está em fase de conclusão, para posterior envio a consulta pública, durante a qual os munícipes poderão apresentar os seus



contributos ou sugestões de melhoria. Saliu que existe todo um trâmite normal, no qual, após o prazo de consulta pública, é emitido parecer da Comissão Municipal de Proteção Civil, encontrando-se o processo dentro dos procedimentos habituais. Posteriormente, será presente a uma sessão da Assembleia Municipal para aprovação, sendo que só numa fase final esta terá o seu papel deliberativo relativamente a este Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. Até essa fase, todo o procedimento é da responsabilidade da Comissão Municipal.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Interveio dizendo que, uma vez que a proposta tem alguma dilação temporal e não se destina a realização imediata, poderá até haver um enquadramento temporal entre o referido pela Senhora Vereadora Cristina Nunes e a proposta da bancada do PSD. Eventualmente, face a esta necessidade de discussão, poderia utilizar-se o argumento de discutir o Plano para a convocação de uma sessão de Assembleia Extraordinária e, assim, fazer convergir os interesses e discutir, especificamente nessa sessão, as questões relativas à segurança, ao plano de segurança e à atuação das diferentes entidades no concelho da Sertã. Referiu ainda que, caso exista este compromisso entre todos, assume desde já a responsabilidade de, logo que este Plano esteja divulgado e concluído o período de discussão pública, agendar uma Sessão Extraordinária, utilizando o argumento da discussão deste documento e integrando todas as questões relacionadas com a segurança e a ação da proteção civil e das diferentes entidades durante o período da tempestade Kristin.-----

**Deliberação:** Após a respetiva apreciação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade que, logo que seja concluído o período público de discussão do Plano, que se enquadre a proposta na convocatória de uma Sessão de Assembleia Municipal Extraordinária, incluindo as questões mencionadas na proposta do Partido Social Democrata. -----

-----**1.2 – Aprovação da ata nº 8 /2025 da sessão ordinária de 30 de dezembro e ata nº 1/2026 da sessão extraordinária de 12 de janeiro de 2026.**-----

Colocou à votação a ata nº 8 /2025 da sessão ordinária de 30 de dezembro, ata nº 1/2026 da sessão extraordinária de 12 de janeiro de 2026, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos deputados com direito a voto. -----

----- **1.3 – Apreciação de assuntos de interesse para o Município.** -----

-----**Paulo Cunha (CHEGA):** ): Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo V)-----

-----**Joaquim Alves (PSD)**: Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo VI)-----

-----**João Antunes (PS)**: Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo VII)-----

-----**Marco Santos (CHEGA)**: Cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção partilhando a dor das populações pelas perdas causadas pela depressão Kristin. De seguida, manifestou a sua discordância quanto à decisão da Câmara Municipal suspender alguns eventos devido à situação de calamidade no concelho, com o objetivo de direcionar os recursos financeiros e humanos para a reconstrução.-- Disse que o cancelamento do Festival da Gastronomia do Maranhão e da Romaria de São Nuno de Santa Maria constitui um erro estratégico grave, pois, se o horizonte temporal fosse reduzido, compreenderia; no entanto, faltam ainda dois meses e meio para a Romaria de São Nuno de Santa Maria e cinco meses para o Festival da Gastronomia do Maranhão. Saliou ainda que se vai a tempo de remodelar e transformar estes eventos num formato de cariz solidário, em vez de utilizar a calamidade causada pela tempestade para afetar as tradições locais. Questionou se os restantes eventos, nomeadamente a Maratona da Leitura, o Sun Sert e a Aldeia de Natal, entre outros, também serão suspensos, lembrando que os concelhos vizinhos mantêm os seus eventos para não prejudicar a economia local.-----

Defendeu que a reconstrução deve ser feita tendo em consideração as tradições locais. Acrescentou que um executivo resiliente não cancela, adapta, transforma e une. Referiu que o Festival da Gastronomia do Maranhão não é apenas um evento; é o maior certame gastronómico da região, onde produtores, restaurantes, artesãos e comerciantes concretizam receitas importantes. Após os prejuízos causados pela tempestade Kristin, retirar o Festival da agenda priva o comércio local de um importante apoio financeiro no momento em que este é mais necessário.-----

Apelou a este executivo que reverta a decisão de suspender o Festival da Gastronomia do Maranhão, ajustando-o a uma campanha solidária, defendendo que não se deve permitir que uma calamidade comprometa a identidade local.-----

-----**Maria João Ribeiro (PS)**: Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo VIII)-----



-----**João Carlos Almeida (PSD)**:Interveio referindo que, depois das adversidades que têm assolado o País, nada mais será como antes. A população é resiliente, mas o flagelo dos incêndios, ano após ano, o apagão de 24 horas e a mais recente depressão Kristin, ocorrida no dia 28 de janeiro, provocaram uma devastação incalculável e a falta de energia elétrica em muitas habitações, a qual ainda não foi repostas. Saliu que a Proteção Civil começa nos órgãos autárquicos, mas que igualmente toda a população deve unir-se.-----

As habitações não estão preparadas para estas devastações. Já anteriormente houve uma corrida aos geradores; o tempo passou e todos esqueceram. Ocorreu nova calamidade e, de novo, houve procura por geradores. É aceitável que a população não os possua, mas as IPSS's, apesar de não ser obrigatório, fazem investimentos elevados. Questionou-se por que não antecipam 15 a 20 mil euros para os adquirir, de forma a fazer face a situações de calamidade.-----

Após esta depressão, foi enfatizado que muita coisa precisa ser repensada, nomeadamente as construções, é preciso esquecer os telheiros abertos com chapas; não se deseja outra má experiência em que as estruturas e coberturas desapareceram. As habitações devem ser projetadas para resistir.-----

Saliu ainda que algumas empresas são essenciais. A E-Redes provavelmente tem informado sobre os meios que possui no terreno e o número de habitações que continuam sem energia, mas, em sua opinião, a E-Redes é a pior empresa do país: possui monopólio e funciona mal.-----

Exemplificou anteriormente que o Centro Social do Castelo não tem baixada elétrica de quem é a responsabilidade? Concluindo que não será do Centro Social nem do empreiteiro.-----

Relativamente às telecomunicações, informou que recebeu uma chamada da operadora a perguntar se pretendia renovar o contrato. Até à data, ainda aguarda pela reposição dos serviços.-----

Tomou conhecimento, através de notícias, de que a ANACOM decidiu recomendar às operadoras a reposição dos serviços para atenuar o impacto junto dos utilizadores, uma vez que existem milhares de clientes sem acesso a serviços de comunicação. Foi recomendado que a informação chegasse às rádios locais, para que a população conheça o estado das redes e a perspectiva de reposição dos serviços; no entanto, nada chegou. De imediato, questionou o Senhor Presidente se alguma informação havia sido recebida.-----

De seguida interveio através da leitura de documento que a seguir se transcreve:-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados - A recente depressão Kristin deixou marcas profundas no país: prejuízos, insegurança, famílias afetadas e autarquias sob enorme pressão, exigindo uma resposta rápida. Em momentos como este, aquilo que os cidadãos esperam dos responsáveis políticos é solidariedade, coordenação e sentido de responsabilidade.-----

Infelizmente, o que temos visto em alguns políticos é diferente. Nomeadamente, André Ventura, em plena campanha eleitoral, agiu de forma distinta: em vez de contribuir para a serenidade e para a mobilização institucional necessária, assistimos à instrumentalização política de uma situação difícil. Observamos a tentativa de transformar o momento de vulnerabilidade coletiva em palco para ataques fáceis, acusações simplistas e aproveitamento imediato.-----

É precisamente este o problema. Há quem veja numa catástrofe uma oportunidade política. Quando famílias ainda avaliam os estragos e autarcas e serviços de proteção civil trabalham no terreno, o que menos o país precisa é de mais ruído, mais dramatização e exploração emocional. O que se exige é responsabilidade, e não oportunismo. A pressão causada pela depressão Kristin não pode ser usada como arma de arremesso político, nem para alimentar narrativas de medo ou reforçar discursos de desconfiança permanente nas instituições.-----

A política séria faz-se agindo, ajudando a resolver problemas, não ampliando-os para gerir indignação. Se há falhas, estas devem ser apuradas com rigor; se há responsabilidades, estas devem ser assumidas com seriedade. Mas o que temos assistido é diferente: a tentativa de transformar cada dificuldade nacional numa prova de colapso, cada incidente numa teoria de incompetência generalizada e cada momento difícil numa oportunidade de ganho partidário. Isso não é fiscalização democrática, isto é exploração política.-----

Nesta Assembleia Municipal, temos de garantir uma postura diferente: proximidade com as populações, cooperação institucional e compromisso com soluções concretas. É assim que se fortalece a democracia, não com discursos inflamados feitos à distância, mas com trabalho real no terreno.-----

Em momentos de crise, revela-se o carácter político. E o país merece líderes que construam e não inflamem. Muito obrigado.-----

-----**Joaquim Alves (PSD):** No seguimento da intervenção da deputada Maria João Ribeiro, referiu que trazia uma intervenção de conteúdo semelhante para integrar na informação do Senhor Presidente da Câmara. Contudo, como esta vai ao encontro

do que a deputada mencionou, solicitou autorização ao Senhor Presidente da Assembleia para intervir. -----

Lembrou ainda que a Junta de Freguesia da Sertã, em fevereiro de 2024, também enviou uma missiva à Câmara Municipal solicitando a criação de uma Unidade Local de Proteção Civil e até ao momento, não obteve resposta.-----

Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo IX)-----

-----**Célia Luis (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo X)--

-----**Presidente da Câmara:** Cumprimentou todos os presentes e ouvintes que seguem esta sessão através da Rádio Condestável. -----

Relativamente às questões levantadas pelo deputado Paulo Cunha, referiu que o gerador foi ligado de imediato, garantindo o fornecimento de energia elétrica. Quanto às comunicações, foram asseguradas respostas claras e eficazes ao longo do processo. Informou que, no âmbito das comunicações, receberam apoio do SIRESP, que resolveu parcialmente a situação. No entanto, reconheceu que, nas primeiras horas — aliás, durante o primeiro dia — não foi fácil comunicar com os senhores presidentes de juntas de freguesia, elementos principais neste processo. Referiu que, de facto, essa comunicação foi difícil, o que remete para outras questões também levantadas, nomeadamente a necessidade de existirem sistemas de comunicação capazes de funcionar em situações deste tipo de catástrofe. -----

Relativamente à segunda questão, sobre os Planos Municipais de Ação Climática, referiu que o município dispõe desses planos, aprovados desde 2024 e estão em vigor. Contudo, considerou que o que estava em discussão era algo diferente, tratando-se de matérias relacionadas com a proteção civil e a prevenção de catástrofes. Explicou que o plano de mitigação das alterações climáticas tem uma natureza distinta, ainda que se possa admitir que determinadas situações possam resultar das alterações climáticas. Salientou, ainda, que se trata de duas realidades diferentes: por um lado, a preparação do município para as alterações climáticas e, por outro, a proteção civil, que é objeto de planos e mecanismos específicos e diferenciados. -----

Quanto à terceira questão, relacionada com o SIRESP, referiu que, na Sertã, o sistema funcionou razoavelmente, embora com pequenas falhas, devido a uma das antenas que foi arrancada. Explicou que, quando uma antena é arrancada pelo vento ou danificada por um incêndio, surgem naturalmente problemas de comunicação.

Ainda assim, disse que o sistema acabou por funcionar, existindo alguma redundância relativamente às antenas, o que permitiu resolver várias situações. Não obstante, salientou a necessidade de criar um sistema de comunicações que envolva vários setores da proteção civil, incluindo os membros da Comissão Municipal de Proteção Civil, as Juntas de Freguesia, entre outras. Defendeu que essa rede deverá estar devidamente estruturada e funcionar em circunstâncias de catástrofe. Informou, ainda, que esse sistema de comunicações já se encontrava planeado e consta da listagem de projetos da proteção civil municipal para candidatura a ligações de comunicações por satélite ao Centro 2030, processo que se encontra em preparação e que será concretizado. -----

Relativamente à doação de bens alimentares, recordou que, no dia 1 de fevereiro, tinha referido que, naquele momento, essa não era uma prioridade. Explicou que, face ao que estava a acontecer no terreno, o município não tinha capacidade para organizar toda a logística necessária para a recolha e distribuição de bens alimentares, uma tarefa exigente que implicaria a mobilização de muitos recursos humanos. Referiu, que os serviços de ação social tinham, naquele momento, outras prioridades. Acrescentou que as cadeias de abastecimento dos supermercados do concelho não foram interrompidas, razão pela qual essa questão não lhe pareceu prioritária naquele momento, todavia, logo que foi possível, foi iniciada uma campanha de angariação de bens alimentares. Participou que foram recebidas e continuam a ser recebidas dezenas de paletes de alimentos, sem grande divulgação ou comunicação pública. Informou que essa campanha foi realizada em colaboração com a Cáritas Paroquial da Sertã, entidade que se encontra no terreno com voluntários, quer na recolha quer na distribuição, tendo já distribuído centenas de cabazes a pessoas carenciadas, referindo que esses apoios são atribuídos com base em critérios definidos pelos serviços de ação social e com a colaboração dos senhores presidentes de junta de freguesia, tratando-se de uma ação que ainda se encontra a decorrer.-----

Relativamente à presença do Exército, informou que chegaram ao concelho alguns militares no dia 2 de fevereiro, tendo os restantes chegado no dia seguinte, 3 de fevereiro. Esclareceu que se tratam de duas equipas, num total de 27 operacionais. Quanto à possibilidade de terem chegado mais cedo, referiu que importa perceber em que momento o Exército foi mobilizado a nível nacional para responder a estas situações, salientando que esta força depende de uma cadeia hierárquica própria, o que implica naturalmente algum tempo no processo de mobilização.-----



Acrescentou, ainda, que o Exército não é uma estrutura cuja missão principal seja colocar lonas em telhados ou reparar coberturas de habitações; a sua missão principal foi apoiar na abertura de vias de comunicação, tarefa que desempenharam essencialmente, embora tenham colaborado pontualmente noutras funções. Concluiu que as equipas realizaram um excelente trabalho, tendo tido oportunidade de agradecer aos responsáveis pelas tarefas desenvolvidas e pela forma como se relacionaram com a comunidade e com os agentes da proteção civil.-----

Relativamente às questões colocadas pelo deputado Joaquim Alves, quanto ao facto de, em algumas localidades, a população ainda se encontrar sem energia elétrica e ao papel da E-Redes, referiu que, desde a primeira hora, existia a convicção de que as equipas da empresa no terreno teriam de ser reforçadas, e que essa posição foi expressa publicamente numa reunião em que estiveram presentes o Ministro da Economia e vários Secretários de Estado, incluindo o Secretário de Estado da Energia, tendo defendido que o Governo deveria encontrar um mecanismo de reforço da E-Redes. -----

Disse que, numa fase inicial, possivelmente alguns responsáveis ainda não tinham plena perceção da dimensão da destruição existente no terreno; contudo, afirmou que rapidamente se tornou evidente que os meios da E-Redes seriam insuficientes para resolver o problema num período de tempo razoável. Expôs que tal se deveu, numa primeira fase, ao elevado grau de destruição da rede de alta e média tensão e, posteriormente, ao enorme grau de destruição da rede de baixa tensão. Reconheceu que esta situação poderia levantar algumas questões jurídicas, uma vez que a E-Redes é uma empresa privada, e que o eventual recurso a meios públicos poderia suscitar dúvidas nesse âmbito. Ainda assim, relevou que, em situações de calamidade, deveriam existir mecanismos de apoio, inclusive internacionais, que permitissem reforçar as equipas da empresa no terreno, tendo em conta que os meios próprios da E-Redes e dos seus prestadores de serviços dificilmente conseguiriam resolver o problema num prazo razoável para as famílias afetadas.-----

Acrescentou que a E-Redes tem vindo a reforçar os seus meios, aparentemente por iniciativa própria e não através de qualquer mecanismo formal de apoio, no concelho da Sertã, esse reforço é visível, com a presença de trabalhadores vindos de várias regiões do país e também do estrangeiro, o que representa um reforço significativo das equipas no terreno. Salientou que esta realidade não se verifica apenas no concelho da Sertã, mas também noutros territórios afetados, pois, na comunicação social, vários presidentes de câmara têm manifestado a mesma preocupação,

afirmando que, ao ritmo atual e tendo em conta o grau de destruição da rede de baixa tensão, será difícil alcançar rapidamente a reposição integral do fornecimento de energia elétrica.-----

Considerou que esta situação de calamidade exige uma reflexão mais ampla a nível nacional, lembrando que a rede elétrica foi privatizada, mas que, perante uma catástrofe desta dimensão, importa questionar qual deve ser a resposta do país: se a empresa concessionária deve permanecer sozinha no terreno com os seus colaboradores e prestadores de serviços, ou se deve existir um mecanismo extraordinário de reforço de meios em situações de emergência, que permita apoiar territórios afetados, como aconteceu neste caso, referindo que, neste momento, estão em causa apenas três distritos do país, mas se uma situação semelhante afetasse todo o território nacional, a reposição da normalidade poderia demorar muito mais tempo.-- -----

Atualmente, no concelho da Sertã, existem mais de 300 habitações sem energia elétrica, mas todos os postos de transformação já se encontram eletrizados, seja através da rede de média tensão, seja através de geradores, informou que chegaram a estar em funcionamento 68 geradores e, atualmente, 28, mas, em muitos casos, a energia ainda não chega às habitações devido aos problemas existentes ao longo da rede de baixa tensão. Admitiu que, lamentavelmente, ainda será necessário algum tempo até que a normalidade seja totalmente restabelecida. -----

Apelou também à população que continue a sinalizar as avarias junto da E-Redes, pois, de outra forma, torna-se difícil para a empresa chegar a todos os locais e identificar todos os problemas existentes, e a correta sinalização das ocorrências permite que, quando uma equipa chega a um determinado local, resolva todos os problemas existentes nessa zona, disse que muitas das intervenções estão a ser realizadas de forma provisória ou precária, devido à urgência em restabelecer as ligações elétricas, e que algumas reparações poderão não ficar totalmente definitivas e, perante novas rajadas de vento, possivelmente podem ocorrer novas falhas de energia. Considerou, assim, tratar-se de um problema particularmente sensível, cuja resposta deverá também ser pensada a nível nacional, de forma a preparar melhor o país para responder a situações semelhantes no futuro.-----

Deixou, ainda, um reconhecimento público ao trabalho das equipas que se encontram no terreno, descrevendo-as como profissionais de enorme coragem, que trabalharam dia e noite, muitas vezes em condições adversas, sublinhando que o trabalho desenvolvido tem sido absolutamente extraordinário.-----



Destacou, igualmente, que a articulação entre a E-Redes e o município, nomeadamente através da Comissão Municipal de Proteção Civil, tem sido muito positiva, a empresa tem mantido o município informado sobre os trabalhos em curso, os problemas identificados e os apoios necessários. No decorrer, acompanhamos várias equipas da E-Redes, abrindo caminhos e procedendo ao corte de árvores para facilitar o acesso às infraestruturas, permitindo assim que os técnicos se concentrem nas intervenções elétricas.-----

Por fim, relativamente à questão das comunicações, referida pelo deputado Joaquim Alves, reconheceu que a articulação com as operadoras de telecomunicações não tem sido tão eficaz. Lamentou essa situação, salientando que o município poderia também prestar apoio às operadoras em determinadas circunstâncias, tal como tem sucedido com a E-Redes.-----

Continuando, referiu que o deputado João Antunes fez a distinção entre interior e litoral. Disse que já havia abordado essa questão em várias ocasiões, salientando que a situação recente talvez demonstre que a verdadeira divisão do país não se dá entre interior e litoral. Portugal é um território relativamente estreito, pelo que essa distinção é, muitas vezes, artificial. Como exemplo, mencionou o caso de Leiria, que, sendo litoral, se encontra numa situação semelhante à vivida no concelho da Sertã. Na sua perspetiva, a verdadeira diferença poderá situar-se entre Lisboa, enquanto representante de poder político e social, e o que se designa, frequentemente, por província.-----

Quanto à relação com o Governo, informou que a comunicação se tornou eficaz a partir do terceiro dia, sem apresentar qualquer reparo, destacando, de novo, a colaboração com o Senhor Ministro, os Secretários de Estado das Autarquias Locais e da Energia, bem como as visitas do Secretário-Geral do Partido Socialista, José Luís Carneiro, e do candidato a Presidente da República, António José Seguro, ao concelho para conhecer a realidade no terreno. Manifestou agradecimento pela disponibilidade, sublinhando que foi muito importante, porque, se o município ficasse de fora do mapa de calamidade, os apoios para a reconstrução não chegariam.-----

O deputado Marco Santos abordou a questão da suspensão de atividades no concelho, e da necessidade de cancelar atividades, neste caso o Festival de Gastronomia do Maranhão, destacando que a decisão visa valorizar o evento enquanto motor da economia local, afirmando que sempre defendeu a importância do Festival e da Romaria de São Nuno de Santa Maria como investimentos relevantes para a valorização do território e a dinamização da atividade económica, mas presentemente

existem outras prioridades, justificando que, para organizar o festival ou a romaria, seria necessário iniciar de imediato processos de contratação pública e comprometer verbas financeiras, quando o município ainda não recebeu qualquer apoio do Estado. Evidenciou a necessidade de reservar recursos financeiros para atender a situações mais urgentes no concelho, incluindo a reparação de edifícios públicos, melhorias na rede viária e habitações de pessoas em situação social vulnerável. -----

No que respeita à Unidade Local de Proteção Civil, referiu que existem freguesias com unidades locais de proteção civil, salientando, contudo, que a proteção civil constitui uma estrutura complexa e integrada, composta por diversas organizações, incluindo as próprias juntas de freguesia, que fazem parte integrante desse sistema. Destacou que, na situação recente, as juntas de freguesia estiveram no terreno e participaram também nos briefings da proteção civil, referindo que a proteção civil funcionou como um todo equilibrado e que, ao juntar novas estruturas, é necessário ponderar se estas contribuem efetivamente para reforçar o sistema ou se poderão criar desequilíbrios na estrutura já existente. Informou que esta questão foi analisada anteriormente com a devida ponderação e que, na altura, considerou não ser oportuno avançar com essa medida. Referiu, ainda, que, na região da Beira Baixa, nenhum município dispõe atualmente de ULPC, considerando que poderá haver razões justificativas. Ainda assim, manifestou abertura para voltar a discutir o tema, admitindo que as condições atuais possam ter evoluído. Disse ser importante analisar estas matérias de forma abrangente, avaliando se as medidas propostas acrescentam valor, se podem reduzir capacidades ou se criam dificuldades no funcionamento da estrutura existente. -----

Relativamente ao Coordenador Municipal de Proteção Civil, informou que essa função se encontra prevista na estrutura de pessoal do município. Reconheceu que alguns municípios dispõem dessa figura, mas revelou que, no caso em questão, existe uma vereadora responsável pela proteção civil, com experiência na área, considerou que a resposta dada às situações ocorridas não resultou de qualquer falha de coordenação.- Referiu, ainda, que, além do presidente e da vereadora da proteção civil, estão envolvidos os dois corpos de bombeiros voluntários e os restantes agentes de proteção civil. Apesar disso, reiterou que o assunto não se encontra encerrado, salientando que, até ao momento, não se sentiu a mesma necessidade que poderá existir noutros concelhos, mas mantendo abertura para uma eventual reavaliação futura. -- -----

Concluiu referindo que, posteriormente, poderá abordar outros aspetos adicionais relacionados com o tema. -----



-----2 – PERÍODO DE “A ORDEM DO DIA”.-----

-----2.1 – **Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira.**-----

-----**Presidente da Câmara:** Tomou da palavra no sentido de transmitir um pouco do cronograma dos acontecimentos — *Tempestade Kristin: A Resposta do Concelho da Sertã à Emergência* — que a seguir se transcreve:-----

*“Na madrugada de 28 de janeiro, Portugal, em especial a região centro, foi atingido pela tempestade Kristin. O concelho da Sertã não foi exceção, tendo registado chuva e ventos fortes, que provocaram enorme destruição em edifícios privados e públicos, queda de árvores e postes de eletricidade e comunicações, obstrução de vias, entre outros danos de elevada monta.*-----

*Às 8h 24 da manhã do mesmo dia, a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) da Sertã ativou o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. Coordenado por Cristina Nunes, Vereadora da Proteção Civil, o Posto de Comando Municipal ficou sediado no edifício dos Bombeiros Voluntários da Sertã, local que acolheu os briefings, em constante articulação com o Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil (CSREPC) da Beira Baixa. Durante a primeira manhã, registaram-se inúmeras ocorrências por todo o concelho, nomeadamente a queda de árvores, de postes de eletricidade de baixa e média tensão e o destelhamento de muitos edifícios. Foi registado um elevado número de ocorrências, às quais as corporações de Bombeiros Voluntários da Sertã e de Cernache do Bonjardim, as Forças de Segurança e o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) responderam tão rapidamente quanto possível. Ao final do dia 28, não havia estradas principais interditas, embora muitos acessos continuassem condicionados. Ainda nesse dia, ficou decidido que, por segurança, todos os estabelecimentos de ensino do concelho estariam encerrados no dia seguinte.”*-----

*A 29 de janeiro, a resposta às inúmeras ocorrências continuava a ser prestada. As prioridades permaneciam em chegar a todas as freguesias e aldeias do concelho, para que ninguém ficasse isolado, e começar a criar condições para atender a casos sociais. Nesse âmbito, foi constituída a ZCAP — Zona de Concentração e Apoio à População — localizada na Casa do Escuteiro da Sertã, com capacidade máxima para 25 pessoas. Em algumas situações relacionadas com respostas sociais, o Município da Sertã contou com a colaboração da Segurança Social, que enviou assistentes sociais para os terrenos.*-----

*Na manhã do dia 29, ficou decidido, no briefing matinal da CMPC Sertã, que as escolas continuariam encerradas no dia 30 de janeiro, que os mercados semanais não se realizariam e que todas as atividades culturais previstas para esse fim-de-semana seriam canceladas. Continuaram os trabalhos de abertura de acessos a aldeias, sempre enfrentando novos casos de estradas interditas, assim como a reposição de energia elétrica.-----*

*Na reunião de Conselho de Ministros realizada a 29 de janeiro, o Governo decretou a situação de calamidade nos concelhos afetados, localizados na zona de impacto da ciclogénese explosiva. Inicialmente decretado até 1 de fevereiro, o Estado de Calamidade foi posteriormente prorrogado até 15 de fevereiro. O concelho da Sertã faz parte do conjunto de 68 concelhos afetados e abrangidos por esta declaração.-----*

*Atendendo ao grau de destruição verificado no concelho, à falta de energia elétrica e ao conseqüente corte nos abastecimentos de água, a 30 de janeiro o Município disponibilizou os balneários dos pavilhões municipais (Sertã e Cernache do Bonjardim), assim como das Piscinas e do Ginásio Municipal da Sertã, para que a população que necessitasse pudesse tomar banho. Estes espaços, que ainda prestam este apoio, estão abertos todos os dias, das 9 às 19 horas. -----*

*Com as comunicações em baixo, a Biblioteca Municipal Padre Manuel Antunes, na Sertã, abriu portas para que a população pudesse aceder à internet. Também a GNR da Sertã disponibilizou carros-patrolha que, mediante solicitação de familiares, se deslocavam aos diversos locais do concelho para verificar a situação das pessoas mencionadas. Ainda nesta data, começaram a ser ligados os primeiros geradores no concelho da Sertã, para dar uma resposta emergente à falta de energia elétrica. Nesse sentido, foi feito um apelo à população para um consumo consciente, racional e restrito ao estritamente necessário, tanto de energia elétrica quanto de água.-----*

*Durante o fim de semana (31 de janeiro e 1 de fevereiro), os trabalhos de limpeza de estradas, reposição de energia e reparação de ruturas de água prosseguiram continuamente. Paralelamente, foi lançado o apelo para a doação de lonas e plásticos de cobertura que, numa ação conjunta com trabalhadores dos municípios e das corporações de bombeiros do concelho, foram distribuídas e, sempre que justificado, aplicadas nas habitações afetadas. Foi também possível, durante este fim de semana, garantir a reabertura de algumas escolas (9.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade, Cursos Profissionais, Jardim de Infância da Sertã e Escola Básica São Nuno de Santa Maria, em Cernache do Bonjardim).-----*



Os briefings bi-diários da CMPC da Sertã continuaram a realizar-se para fazer pontos de situação do concelho, gerir os meios no terreno, avaliar situações urgentes e dar conta dos trabalhos concluídos e por concluir. Em muitas ocasiões, estes briefings, para além da Comissão Municipal de Proteção Civil, contaram com a participação de outras entidades: Juntas de Freguesia do concelho (a 1 de fevereiro), Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (3 de fevereiro), representantes e membro do Conselho de Administração da E-Redes, Jean Barroca, Secretário de Estado Adjunto e da Energia (4 de fevereiro) e, mais recentemente, com Miguel Pinto Luz, Ministro das Infraestruturas e da Habitação (10 de fevereiro). -----

Paralelamente, e ao longo dos dias, a Câmara Municipal da Sertã foi ativando recursos para dar resposta às necessidades mais emergentes da população: a Biblioteca Municipal Padre Manuel Antunes contou, desde o dia 31 de janeiro, com uma assistente social ou psicóloga do Município da Sertã para receber informações sobre situações de casos sociais e encaminhá-las devidamente. A Biblioteca também possibilita o acesso a computadores e à internet para comunicar com familiares e trabalhar em regime de teletrabalho, sendo que o Cowork da Sertã também foi disponibilizado para esta finalidade. -----

A 4 de fevereiro, foi disponibilizado um atendimento centralizado no edifício da Câmara Municipal da Sertã para reportar diversas ocorrências na sequência da tempestade Kristin, nomeadamente encaminhar situações de ação social, colocação de plásticos e lonas em coberturas, vias obstruídas, ruturas de água e falta de energia, além de prestar informações sobre apoios do Estado, funcionando também ao fim de semana. -----

Desde o dia 9 de fevereiro, funcionou, também no edifício da Câmara Municipal da Sertã, um espaço para auxiliar a população no preenchimento da plataforma de registo de prejuízos disponibilizada pela CCDR Centro. Paralelamente, e em articulação com as Juntas de Freguesia e a Cáritas Paroquial da Sertã, o Município da Sertã está a prestar apoio à população afetada com a disponibilização de bens de primeira necessidade. -----

Na sede da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, começou, a 12 de fevereiro, a ser prestado apoio psicológico, por psicóloga do Município, à população afetada pela tempestade. -----

Todos os eventos, desde o dia 28 de janeiro, têm vindo a ser cancelados e, a 10 de fevereiro, Carlos Miranda, presidente da Câmara Municipal da Sertã, fez um comunicado anunciando o cancelamento do Festival de Gastronomia do Maranhão e da

*Romaria a São Nuno de Santa Maria. “Neste momento, temos outras prioridades: a reconstrução e a segurança do concelho, e as pessoas com mais necessidades”, -----*

*De realçar ainda que, desde o dia 28 de janeiro, o presidente da Câmara Municipal da Sertã tem estado em contacto com o Governo Central, apelando e pressionando por mais meios no terreno, assim como pela necessidade de uma maior capacidade de resposta a todas as situações e ações urgentes no concelho da Sertã.-----*

*Apesar de a energia elétrica ainda não ter chegado a muitas habitações, a E-Redes está a trabalhar no terreno com um grande número de equipas, mas o grau de destruição da rede é enorme e a sua recuperação será morosa. O Município da Sertã manifesta solidariedade para com todas as famílias que ainda não têm energia elétrica nas suas casas, reforçando que os meios da E-Redes estão fortemente empenhados.*

*Importa sublinhar que, desde o primeiro instante, esteve no terreno uma força de trabalho excepcional e incansável, atuando em várias frentes, oriunda de diversas entidades: Serviço Municipal de Proteção Civil; funcionários e voluntários do Município da Sertã e das Juntas de Freguesia do concelho; Bombeiros Voluntários de Cernache do Bonjardim e da Sertã; GNR; E-Redes; IP – Infraestruturas de Portugal; Força Especial de Proteção Civil; Exército (Brigada Mecanizada RI15 de Santa Margarida e Regimento Paraquedistas de Tancos); Força de Sapadores Bombeiros Florestais do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas; Sapadores Florestais da CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa; Sapadores Florestais da APROFLORA; empresas e população local; e ainda diversos voluntários de todo o país.-----*

*Destacar e agradecer também a generosidade patente nas diversas doações de materiais que têm chegado de vários pontos do país (lonas, plásticos, telhas, alimentos, etc.). O Município da Sertã agradece profundamente a ação dos inúmeros voluntários, locais e de outras regiões, que estiveram e ainda estão no terreno, seja em ações de desobstrução de vias, seja na colocação de coberturas provisórias, seja na reconstrução. O espírito de comunidade permitiu uma maior resistência à catástrofe. Uma verdadeira prova de resiliência e força de um povo que, perante qualquer adversidade, não parou por um momento para socorrer e, agora, ajudar a reconstruir o concelho da Sertã “-----*

*De seguida, deixou uma palavra de agradecimento a todos os trabalhadores do município que atuaram em horário alargado, ao fim de semana e, muitos deles, em condições de chuva, vento e risco pessoal. Referiu ainda que vários trabalhadores desempenharam funções em regime de voluntariado, para além do seu horário de trabalho. Acrescentou que, ao contrário do que era habitual e do que acontecerá com*



a maioria dos trabalhadores do país, estes trabalhadores não terão tolerância de ponto amanhã, terça-feira de Carnaval, uma vez que a crise ainda não terminou e, enquanto houver munícipes em dificuldade, o município terá de estar presente, cumprindo a sua missão.-----

Referiu que este é o sinal que se pretende transmitir à sociedade, como forma de demonstrar solidariedade e dar o exemplo, tal como compete aos servidores públicos. Mencionou ainda a possibilidade da existência de uma vítima mortal, embora não totalmente confirmada, mas com fortes indícios de que tal possa ter ocorrido, tratando-se de uma pessoa que terá caído de uma escada, apresentando, as condolências à respetiva família.-----

Manifestou igualmente solidariedade para com todos aqueles que sofreram danos pessoais e materiais, bem como para com aqueles que ainda se encontram sem eletricidade.-----

Por fim, referiu que, naquele momento, não foi possível fazer mais do que aquilo que tem sido feito, salientando que as equipas se encontram no terreno a prestar todo o apoio possível.-----

**- Solicitou intervenção: -----**

-----**Maria João Torres (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XI).-----

-----**Jorge Nunes (PSD):**Interveio no sentido de compreender se existe alguma informação relevante relativamente aos prejuízos, que considerou terem sido muito significativos nas infraestruturas desportivas do concelho. Referiu, que as instituições inseridas na Federação Portuguesa de Futebol dispõem de uma linha de apoio, aberta entre os dias 26 e 27 de fevereiro, através da qual as ocorrências registadas podem beneficiar de um apoio financeiro significativo por parte da Federação Portuguesa de Futebol. -----

Acrescentou que, para além das coletividades e associações dedicadas ao futebol, existem outras associações no concelho. Mencionou, a título de exemplo, as localizadas nas freguesias do Castelo e de Cernache do Bonjardim, bem como outras associações que não têm carácter municipal, considerando que o executivo estaria certamente atento a essa situação.-----

Referiu ainda que o Grupo Desportivo Vitória de Sernache terá adiado, um jogo por falta de condições para a sua realização e que, no próximo fim-de-semana, poderá voltar a ter necessidade de jogar em casa. Indicou igualmente que o Sertanense

Futebol Clube se encontra numa situação semelhante. Salientou que, caso o tempo passe sem que estas condições de apoio sejam aproveitadas, as dificuldades poderão agravar-se.-----

Prosseguiu referindo um segundo ponto, que considerou não menos importante, relacionado com uma questão social e com a devastação que afetou o cemitério. Mencionou que reside nas proximidades daquele local e que, por essa razão, teve contacto direto com a situação, descrevendo-a como uma devastação de grande dimensão, que o Senhor Presidente certamente conhece. -----

Informou que foi dos primeiros a verificar o que tinha acontecido nas primeiras horas do dia 28, tirou fotografias e tentou enviá-las ao Senhor Presidente e ao Senhor Vice-Presidente, mas não conseguiu fazê-lo devido à ausência de telecomunicações.-----

Acrescentou ainda que muitas árvores caíram, verificando-se também a destruição completa de jazigos e campas, em que as urnas que ficaram expostas. Perante esta situação, questionou se o executivo tenciona que os familiares sejam chamados a intervir na reparação ou se essa responsabilidade será assumida pelo município.-----

-----**Cláudia António (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XII).-----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Interveio referindo-se à informação do Senhor Presidente: “A saúde preocupa os autarcas da região, tema de uma reunião da Comunidade Intermunicipal.” E, de facto, preocupa os autarcas e todos os munícipes. Vai falar deste assunto e já falou anteriormente; não há aqui nenhuma inconfidência, pois pediu autorização para o fazer. Mas começa a ser recorrente o SAP fechar na Sertã, e nós já temos o problema da falta de médicos de família. -----

Uma das coisas boas que temos na saúde na Sertã, comparando com outros concelhos limítrofes, é que temos um SAP. Os outros centros de saúde funcionam apenas até ao horário normal das 17h00, como a maior parte das empresas, e nós temos, de facto, este benefício.-----

Infelizmente não temos um SUB que existiu apenas no papel, muitos autarcas dos concelhos vizinhos combateram essa possibilidade.-----

Tendo em conta o pouco que temos, torna-se recorrente surgir uma notícia a dizer que o SAP estava fechado por algum motivo. É do seu conhecimento que o serviço é assegurado por dois médicos em permanência.-----

Lembrou que, no dia 1 de fevereiro, domingo à noite, ocorreu um acidente após a queda de um poste junto a uma escola na sede do concelho, provocando ferimentos



no filho do presidente da Junta de freguesia do Castelo, ligaram para o 112, não atenderam, nem os Bombeiros Voluntários de Cernache, por razões que desconhece, deslocou-se ao SAP para providenciar ajuda, o que encontrou foi um papel indicando que estava encerrado. Neste seguimento, foi contactado como Presidente dos Bombeiros Voluntários da Sertã e, encarando a situação como grave, entrou em contacto imediato com o comandante dos Bombeiros da Sertã, que providenciou uma ambulância para se dirigir ao local do sinistro. Ora, isto, em pleno serviço de emergência não é aceitável.-----

Há um SAP que não está a funcionar e, portanto, constitui, de facto, uma preocupação não só para os autarcas, mas para toda a população, sendo necessária alguma ação imediata. Não se pretende aqui imputar qualquer responsabilidade à Câmara Municipal, mas é, necessário exigir esclarecimentos e conhecer a real responsabilidade destes acontecimentos, seja da Administração Central ou da ULS.---

A justificação de que os concursos ficam desertos já não é convincente e não pode ser mais aceite. Está em causa algo muito mais importante devem ser tomadas medidas, Senhor Presidente.-----

Continuando a sua intervenção, referiu que é nas alturas difíceis que os líderes se mostram, demonstrando atitudes imediatas quando necessário. Felicitou o Senhor Presidente pela não cedência d tolerância de ponto. Todos trabalharam muito, mas há uma população inteira que depende de muitos funcionários da Câmara Municipal. É preciso coragem para tomar as decisões corretas, sem esperar por sondagens ou pelo julgamento alheio. A rapidez com que estas decisões foram tomadas, não apenas neste caso, mas também relativamente ao Festival de Gastronomia do Maranho e à Romaria de São Nuno, é digna de reconhecimento. A atitude demonstrada, sem se preocupar com a aprovação ou desaprovação popular, merece destaque.-----

Neste seguimento solicita informação concreta dos montantes gastos no Festival de Gastronomia, na sua opinião se excederam os 1.000.000 € no Festival do Maranho e entre 300.000 € a 400.000 € na Romaria de São Nuno foi um exagero. Este ano, esses valores serão direcionados para ajudar as pessoas, equipamento municipal e os cidadãos necessitados. As festas e festividades poderão ser retomadas com mais força em 2027. -----

Neste momento especial e excecional, é essencial ter coragem para assumir. Em seu nome pessoal, Senhor Presidente, muito obrigado. -----

-----**Álvaro Monteiro (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XIII)-----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** Seguidamente passou a responder às questões que lhe foram colocadas pelos deputados:-----

Mais uma vez, referiu que é com satisfação que vê o reconhecimento do Festival de Gastronomia do Maranhão. Tem a expectativa de, em 2027, ver o regresso do Festival com maior força e questiona se estas posições se manterão. Considerar a possibilidade de realização do Festival a custos reduzidos não é viável: ou se realiza ou não se realiza.-----

É preciso desmistificar a ideia de que os artistas representam o maior custo; não é verdade, correspondem a cerca de 20% do custo total do Festival, sendo que o maior gasto refere-se à montagem da estrutura e aos serviços necessários para a realização do evento.-----

De seguida, agradeceu ao senhor deputado João Carlos Almeida pelo reconhecimento da coragem do que afirmou. Quem o conhece sabe que, quando toma decisões, não gosta de meias palavras: ou fazemos o Festival do Maranhão, ou não fazemos.-----

E o que é o Festival do Maranhão? Algumas pessoas sempre entenderam que o Festival do Maranhão era uma festinha qualquer, mas não é. É um grande evento económico com impacto regional e nacional. Ou fazemos assim, com impacto, ou não vale a pena fazer, porque festas já existem muitas no concelho; só no verão realizam-se cerca de 40 romarias nas freguesias. Acrescentar aqui mais uma festinha na Sertão, gastar dinheiro num evento sem impacto, poderia inclusive prejudicar a marca e a imagem que temos criado do Festival do Maranhão ao longo dos anos.-----

Reconhece que é complicado para muitos empresários que participavam e também para a restauração do concelho, de momento, pensa em alternativas no sentido, de alguma forma, compensar os impactos, mas, como já afirmou, este ano as prioridades são outras.-----

Para terminar com as especulações, as verbas despendidas para o Festival do Maranhão e a Romaria de São Nuno de Santa Maria são cerca de 1.100.000 €, mas sempre disse que têm retorno direto e indireto, e é por isso que sempre defendeu e apostou em eventos de grande dimensão e projeção. Este ano, essas verbas permitem-nos, já no imediato, começar a reconstruir o concelho, e é por isso, com muita pena sua, que não podemos avançar para esses dois eventos. Esta foi a informação que já partilhou com as comissões de festas.-----

O senhor deputado Joaquim Alves questionou, num briefing da Proteção Civil, se a Câmara Municipal iria autorizar a realização das habituais romarias/arraiais. A resposta foi que sim; queremos que as comissões realizem os eventos, reconhecendo o significado das festas populares do verão e preservando a tradição.-----

Quanto à Romaria de São Nuno de Santa Maria, entende que pode e deve manter a parte religiosa, da mesma forma que o Festival do Maranhão, pode, por exemplo, continuar a realizar-se na restauração sem custos por parte da Câmara Municipal, exceto algum custo de comunicação, entre outras ideias que ainda serão avaliadas.----

Relativamente à Maratona de Leitura, esta será mantida, porque não queremos cancelar todos os eventos. O concelho da Sertã não fechou a atividade nem as portas. Por que manter a Maratona e não os outros dois eventos? Saliu que por três razões: primeiro, a Maratona de Leitura não é um evento elitista; é um evento cultural que qualifica a população e valoriza o território, sobre este evento, disse que não esperava que a senhora deputada Maria João Torres criticasse um evento que qualifica a população e o território. Em segundo lugar, é um evento que se estende por todo o concelho, desde a sede do concelho às vilas, aldeias, ribeiras, pontes, parques e albufeiras; é um evento que valoriza todo o território e toda a população.-----

Em terceiro lugar, e de forma fundamental — talvez decisiva —, a Maratona de Leitura tem um custo muito inferior a qualquer um dos outros. Já afirmou anteriormente que a Maratona de Leitura “é uma marca da Sertã”, provavelmente a marca mais forte deste concelho, por ser um evento com grande originalidade.-----

Quanto às condições do refeitório da Escola Secundária e da Escola Básica da Sertã sabemos que não são boas. Passámos por uma tempestade e já tentámos colocar coberturas provisórias, mas não funcionaram, será colocada uma cobertura definitiva, mas todos os procedimentos têm de estar de acordo com a lei. Aliás, a senhora deputada iniciou a sua intervenção precisamente pelos danos da depressão Kristin, que foram significativos também noutros edifícios escolares.-----

Quanto aos funcionários municipais, já anteriormente informou e, neste seguimento, a senhora deputada referiu que foram chamados a intervir neste momento de crise. No entanto, o problema é que eles não foram apenas chamados; continuam a ser chamados, porque, enquanto houver necessidade, temos de nos manter. Gostaria também de os compensar pelo esforço que fizeram, até porque era uma tradição cumprida de forma generalizada no país. Contudo, continuamos a ser essenciais e espera que as pessoas compreendam.-----

Ao senhor deputado Jorge Nunes, informou que já foi feito o levantamento dos estragos nas infraestruturas desportivas. A linha de apoio referida da Federação Portuguesa de Futebol é muito reduzida, não sendo suficiente sequer para uma infraestrutura do Município. Quando falamos, por exemplo, dos estádios do Grupo Desportivo Vitória de Sernache ou do Sertanense Futebol Clube, aguardamos apoios financeiros da CCDRC; até que esse financiamento se concretize, avançaremos com as obras. Estamos a falar de centenas de milhares de euros, pelo que precisamos, neste momento, de disponibilidade financeira para assumir compromissos, realizar contratações e dar seguimento aos procedimentos. Já temos empresas a elaborar orçamentos e a apresentar propostas.-----

Relativamente ao cemitério, a nossa preocupação foi, em conjunto com a Senhora Delegada de Saúde, tentar minorar os problemas de saúde pública, procedendo ao encerramento dos cemitérios e, posteriormente, à sua reconstrução. Ainda estamos a analisar esta questão em termos de seguros, nomeadamente a possibilidade da sua ativação. Quando se refere aos seguros, estes são do Município. Todos sabemos que se trata de uma situação bastante confrangedora a vários níveis. E não é apenas a questão financeira; compreende-se também o impacto emocional, porque, de facto, aquilo que lá ficou não foi agradável de ver. No entanto, estamos a tentar resolver a situação.-----

Seguidamente, referiu que queria que percebessem a dimensão desta catástrofe. Recentemente, numa reunião, apresentou alguns números: os bombeiros voluntários assistiram a mais de 1000 ocorrências nestes dois dias; o centro de atendimento da Câmara Municipal, num dos dias da semana passada, recebeu mais de 1800 chamadas, todas relativas a matérias que têm de ser encaminhadas e resolvidas.-----

Portanto, ainda estamos num cenário de crise. Todos questionam, mas a população tem de ter consciência da gravidade da situação e da dimensão do problema que enfrentamos.-----

Relativamente às questões que foram colocadas, mais no âmbito social, nomeadamente habitação, anteriormente, já falou e relativamente à ZCAP — Zona de Concentração e Apoio à População — localizada na Casa do Escuteiro da Sertã, foi equipada com todas as condições, inclusivamente para crianças. Aliás, recebemos a visita dos Serviços da Segurança Social de Castelo Branco, que validaram o espaço e referiram que estava excelentemente organizado. Obviamente, tratava-se de uma situação temporária, até conseguirmos resolver os problemas das pessoas, seja através do alojamento junto de familiares, seja através de outras soluções. Algumas



peças, devido a problemas de saúde, tiveram de ser encaminhadas para ERPI's, outras ficaram alojadas em unidades hoteleiras do concelho.-----

Neste momento, a ZCAP já encerrou, funcionou apenas durante alguns dias, enquanto, de forma transitória, resolvíamos estas situações. Agora, ainda há casos por resolver, mas, felizmente, como já foi referido, já conseguimos recuperar algumas habitações de pessoas que estavam desalojadas, as situações vão sendo resolvidas.---

Relativamente à exposição do deputado Álvaro Monteiro regista naturalmente os pontos de vista e os contributos apresentados, agradecendo, sobretudo, a disponibilidade demonstrada. Obviamente, precisamos de pessoas como o senhor Álvaro Monteiro, com toda a sua experiência de vida e de proteção civil, para nos ajudar neste processo de melhoria e enfrentar estas catástrofes, pois estamos todos aqui para evoluir. Muito obrigado.-----

-----**2.2 - Proposta do mapa de demonstração do desempenho orçamental de 2025 e Revisão Orçamental nº 2 /2026 - Proc.º 2026/150.20.202/2. - para deliberação;**-----

Foi aprovada por maioria pelo Executivo Camarário, contabilizando 1 (uma) abstenção do Vereador José da Silva Nunes e 5 (cinco) votos a favor a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 13 de fevereiro de 2026. -----

-----**Proposta n.º27/2026**-----

Considerando que:-----

Foram estabelecidas as regras, critérios e normas para a concretização de alterações orçamentais modificativas/revisões orçamentais no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de novembro, na sua redação atual e no ponto 8.3.1 do Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);-----

Nos termos do estabelecido pelo parágrafo 3 da NCP 26 do SNC-AP, as alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas;-----

Os pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.3.4 do POCAL, estabelecem as seguintes contrapartidas para a assunção obrigatória da forma de revisão ao orçamento (alteração orçamental modificativa):-----

• “8.3.1.3 O aumento global das despesas previstas dá sempre lugar a revisão do orçamento ...”-----

• “8.3.1.4 Na revisão do orçamento podem ser utilizadas as seguintes contrapartidas, para além das referidas no número anterior:-----

a) Saldo apurado;-----

b) Excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento;-

c) Outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar.”-----

As alterações orçamentais modificativas são aquelas que procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor;-----

No art.º 46.º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, encontra-se estabelecido a situação enquadrada pela modificação titulada como revisão ao PPI “as revisões do plano plurianual de investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos nele considerados, implicando as adequadas modificações no orçamento, quando for o caso”;-----

A incorporação do saldo da gerência anterior no orçamento de 2026 prevê uma revisão orçamental/alteração modificativa, acrescentando valor às previsões iniciais da receita como contrapartida do aumento da despesa respeitando o princípio do equilíbrio.-----

De acordo com o previsto no artigo 124.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro - Lei do Orçamento do Estado para 2026, sob a epígrafe “Integração do saldo de execução orçamental”, “Após aprovação do mapa «Demonstração do desempenho orçamental», pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental”;-----

Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea i), do nº1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovar os documentos de prestação de contas, onde se inclui o mapa “Demonstração do desempenho orçamental”, a submeter a apreciação e votação da Assembleia Municipal;-----

É indispensável a inclusão das rubricas 16.01.01 - Saldo da Gerência Anterior – Na posse do serviço, no valor de 7.190.575,63€ e 16.01.03 - Saldo da Gerência Anterior –

Na posse do serviço – Consignado, no valor de 152.461,54€ no Orçamento da Receita, que preveem a receita resultante da incorporação do saldo da gerência anterior no valor de 7.343.037,17€ (sete milhões trezentos e quarenta e três mil e trinta e sete euros e dezassete cêntimos ) expesso no mapa de demonstração do desempenho orçamental;-----

É necessária a inclusão no orçamento da receita a rubrica 090110 - Venda de bens de investimento – Terrenos – Famílias, no valor de 11.900,00€, reforço na rubrica 100903 Transferências de capital – Resto do mundo – União europeia – Países membros, no valor de 100,00€, bem como, a anulação de 11.800,00€ na rubrica 090109 - Venda de bens de investimento – Terrenos - Instituições sem fins lucrativos;-----

Pretende-se dar continuidade à execução de vários projetos cruciais para o desenvolvimento do Concelho, pelo que importa dotar o Orçamento com os reforços necessários, incluir novos projetos, assim como, priorizar o investimento no que respeita à reposição e reparação de infraestruturas e equipamentos municipais afetados pela tempestade Kristin;-----

A presente alteração orçamental modificativa/revisão prevê nas Grandes Opções do Plano, o reforço de saldo em rubricas, a inclusão de saldo em projetos no Plano Plurianual de Investimentos no valor de 3.175.214,17€ e nas Atividades Mais Relevantes no valor de 3.439.723,00€. Relativamente ao orçamento Extra-GOP foram reforçados 728.300,00€;-----

Foram modificados os seguintes montantes para anos seguintes com reflexo no orçamento da despesa e Grandes Opções do Plano:-----

2027 – (+) 3.088.150,00€-----

2028 – (+) 2.301.250,00€-----

2029 – (+) 2.301.250,00 €-----

2030 – (+) 2.301.250,00 €-----

2031 e seguintes – (-) 1.550.250,00€-----

Foram incluídos novos projetos nas Grandes Opções do Plano, o projeto 2026/20 - Apoio a agregados familiares com dificuldades socioeconómicos - capital, no valor de 1.000,00€ e o projeto 2026/21 – Escola Secundária da Sertã no valor de 250.000,00€. Foi eliminado o projeto 2024/97 - Celinda City Center.-----

Em relação às despesas Extra-GOP foram incluídas as classificações económicas 010203 – Alimentação e alojamento e a classificação 010214 - Outros abonos em numerário ou espécie, ambas no valor de 1.000,00€.-----

Nos termos do artigo 40º da Lei 73/2013 de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), na sua atual redação, os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, condição cumprida, assim como, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.-----

Nestes termos, e como se pode apurar na alteração orçamental modificativa, o município cumpre a regra do equilíbrio orçamental prevista no RFALEI conforme quadro infra, verifica-se um indicador de Equilíbrio Orçamental de 106,47% e uma margem de (+)1 561 193,53€.-----

Equilíbrio Orçamental	
Descrição	Revisão nº2
A-Receitas Correntes	25 687 258,00
B-Despesas correntes	23 862 786,00
C-Saldo Corrente (A-B)	1 824 472,00
D-Amortização média do EMLP	263 278,47

Resultado atendendo à regra de equilíbrio orçamental	
E-Montante (C-D)	1 561 193,53
F-Percentagem [A/(B+D)]	106,47%

Nota:As receitas correntes brutas englobam a incorporação de Saldo de Gerência Anterior - parte corrente

Em anexo à presente proposta e dela fazendo parte integrante são anexados os seguintes documentos:-----

- Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental do exercício de 2025;-----
- Modificação ao Orçamento da Receita nº2;-----
- Modificação ao Orçamento da Despesa nº2;-----
- Modificação às Grandes Opções do Plano nº2;-----
- Modificação às Grandes Opções do Plano Anos Seguintes nº2;-----
- Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos nº2;-----
- Modificação às Atividades Mais Relevantes nº2.-----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:-----

a)Aprovar o mapa “Demonstração do desempenho orçamental” do ano de 2025 em anexo, a fim de se poder utilizar o saldo da gerência da execução orçamental do ano de 2025, assim como, submeter à Assembleia Municipal, para apreciação e votação,

dando cumprimento ao estabelecido na alínea i), do nº1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;-----

b)Submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a Revisão nº 2 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que se anexa, nos termos do estabelecido na alínea c) do nº 1 do artigo 33º, bem como, da alínea a) do nº1 do artigo 25º, ambos do Anexo I, da Lei nº75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, bem como, o previsto no artigo 124.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro - Lei do Orçamento do Estado para 2026-----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Seguidamente interveio mais para justificar a tendência de voto da bancada do PSD de abstenção neste ponto, porque no seguimento da apresentação do orçamento para 2026 apresentou uma intervenção. A sua opinião mantém-se e, portanto, não achando que era a melhor estratégia do orçamento apresentado. A ideia contínua de pé e sobre o Orçamento transitório a verba que transita do orçamento anterior também se justifica por algumas razões, por atraso de obras em curso. Já foi explicado o porquê, mas continuamos a dizer que por alguma falta de capacidade de execução. Chamou a atenção para um novo projeto 2026/20 que foi acrescentado nas Grandes Opções do Plano que é para apoio a famílias com dificuldades socioeconómicas que entendeu que já estava anteriormente previsto e o projeto 2026/ 21 da Escola Secundária. Questionou ainda o porquê de uma rubrica só de 1000 EUR nos apoios a famílias socioeconómicas debilitadas, uma vez que sabemos que as dificuldades vão ser maiores, assim poderia existir uma verba substancialmente superior, para dar um sinal. Salientou ainda que estão disponíveis para qualquer futura revisão orçamental, dadas as circunstâncias e desde que se justifique para adaptação às circunstâncias. -----

-----**Jorge Rodrigues (PS):** Interveio referindo que estavam a falar de uma revisão orçamental com a incorporação do saldo de gerência de 7,3 milhões de euros, o que projetaria um orçamento cuja dotação final seria de 38 milhões de euros. Dos 7,3 milhões de euros de incorporação do saldo de gerência, referiu tratar-se de um reforço em matéria de investimento, em parte decorrente de necessidades especiais provenientes da catástrofe, no montante de 3,4 milhões de euros distribuídos por várias rubricas. -----

----- Acrescentou que se mantinha o equilíbrio de 1,5 milhões de euros, correspondente à receita corrente que poderia ser alocada a despesa corrente. Referiu ainda que muitas das necessidades a que poderiam ter de responder tinham também natureza corrente. -----

Indicou que o investimento de 3,4 milhões de euros seria acrescido de cerca de 600 mil euros inscritos nas despesas de funcionamento, ou despesas extra GOP, como estavam designadas, parte das quais destinadas a responder a necessidades sociais. Concluiu que o orçamento, no montante de 38 milhões de euros, correspondia ao figurino atual, considerando que o mesmo respondia às necessidades identificadas e que foi possível, no curto espaço de tempo disponível, inventariar. Salientou ainda que o orçamento constitui um instrumento de gestão flexível, podendo ser alterado sempre que necessário, entendendo, por isso, que, no figurino atual, o mesmo merece aprovação. -----

-----**Março Paulo (CHEGA):** Interveio referindo que a revisão orçamental relativa à incorporação do saldo de gerência no orçamento para 2026 revela uma evidente falta de rigor, uma ausência de estratégia política e uma preocupante baixa taxa de execução no orçamento municipal. -----

Explicou que o saldo de gerência agora incorporado resulta da diferença entre a receita arrecadada no ano transato e a despesa efetivamente paga, apontando para um valor de 0,3 milhões de euros. Salientou que valores desta dimensão não resultam de boa gestão, mas sim de dificuldades na execução, criando uma ilusão de maior capacidade financeira. Acrescentou que, na análise da despesa, se destacam reforços em rubricas genéricas e pouco transparentes, considerando que, em áreas estruturais para o desenvolvimento do concelho, os esforços são manifestamente insuficientes. Referiu ainda verificar, nesta revisão orçamental, itens com fraca dotação financeira, apesar de o saldo de gerência ser elevado. -----

Apresentou, de seguida, uma sugestão ao executivo no sentido de aproveitar esses recursos para dar continuidade ao Festival do Maranhão e à Romaria a São Nuno de Santa Maria, propondo a sua transformação em iniciativas de recolha de donativos ou, eventualmente, a implementação de entradas pagas no Festival do Maranhão. -----

Defendeu que esta revisão orçamental deveria ser aproveitada para proceder a uma revisão mais profunda da estrutura do orçamento municipal e do plano plurianual de investimentos, promovendo maior clareza, transparência e responsabilidade na afetação dos recursos públicos. -----

Por fim salientou que é nestes momentos estruturais que se molda o futuro do concelho e que a oposição deve ser chamada a contribuir. Concluiu, em nome do partido CHEGA, que a incorporação do saldo de gerência com valores desta dimensão revela falta de rigor na gestão dos dinheiros públicos e ausência de estratégia a médio e longo prazo para o futuro do concelho, terminando com uma saudação final. -----



-----**Senhor Presidente da Câmara:** Seguidamente passou a responder às questões que lhe foram colocadas pelos deputados:-----

Ao senhor deputado Marco Santos afirmou que este saldo de gerência não tem de corresponder obrigatoriamente a uma baixa execução. Referiu que essa execução será analisada quando forem apresentadas as contas e acrescentou que não existe qualquer problema com a execução nem com a comparação com anos e mandatos anteriores relativamente à execução de 2025.-----

Questionou, então, o que existe na prática e recordou que, como disse, e bem, o senhor deputado João Carlos Almeida, há um grande conjunto de obras em execução. Indicou que, neste momento, estão em curso obras no valor de quase 10 milhões de euros. Explicou que, caso estas obras sofram atrasos, o município pagará menos em 2025 do que o previsto, sendo esse montante transitado para 2026. Assim, esclareceu que uma grande parte do saldo de gerência se deve a esse facto: o atraso das obras. e esses atrasos se devem a várias razões — condições meteorológicas, falta de mão de obra, dificuldades das empresas, entre outras e que têm sido aprovados sucessivamente pedidos de prolongamento dos prazos das obras.-----

Referiu ainda que acredita que, após o período de inverno, as obras em curso irão evoluir e ser concluídas, o que permitirá uma execução forte em 2026. No entanto, salientou que a execução de 2025 também foi razoável.-----

Relativamente à transição do saldo de gerência, mencionou que, conforme já referido pelo senhor deputado Jorge Farinha, foi possível transferir mais de 3 milhões de euros para o plano plurianual de investimentos, o que considera significativo, reforçando rubricas que permitem realizar obras em estruturas ou edifícios municipais atualmente muito carenciados, tanto para responder à tempestade como para a proteção civil.-----

No que diz respeito à rubrica de apoio às famílias com dificuldades socioeconómicas, explicou que se trata de uma questão técnica, uma vez que o enquadramento atual corresponde ao regulamento em vigor, o qual poderá não ser adequado para novas situações que venham a surgir. Assim, foi deixada essa possibilidade em aberto para acomodar facilmente este tipo de verbas e a atuação necessária no terreno.-----

Acrescentou apor fim que parte do saldo de gerência será naturalmente destinada a outras situações, relacionadas com transferências para várias entidades que, não tendo cabimento previamente assumido, são praticamente obrigatórias, por corresponderem a compromissos do município que têm de ser cumpridos.-----

**Deliberação:** Após a respetiva apreciação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, contabilizando-se 18 (dezoito) votos a favor e 13 (treze) abstenções aprovar.-

a) O mapa “Demonstração do desempenho orçamental” do ano de 2025 em anexo, a fim de se poder utilizar o saldo da gerência da execução orçamental do ano de 2025.--

b) A Revisão nº 2 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano nos termos da presente proposta. -----

**-----2.3 - Proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal do projeto de Reequipamento do Parque Eólico de Cabeço Rainha - 2025/450.30.502/73 – para deliberação;-----**

Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário, a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 13 de fevereiro de 2026. -----

**-----Proposta n.º 24/2026 -----**

Considerando que:-----

A 16 de dezembro de 2025, através da Entrada n.º 23587, a empresa EDP Renováveis Portugal, SA, representada por Hugo Jorge Pereira de Jesus Costa, solicitou o reconhecimento de interesse público municipal (concelho) do Projeto de Reequipamento do Parque Eólico de Cabeço Rainha, nos termos e para efeitos do disposto da alínea f), do n.º 2, do artigo 22.º, e da alínea b), do n.º 2, do artigo 24.º, ambos do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Sertã, com vista à continuidade do procedimento de licenciamento junto da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), designadamente, para solicitação de Pedido de Informação Prévia;-----

O Projeto de Reequipamento do Parque Eólico de Cabeço Rainha (doravante designado por “Projeto”) consiste: -----

i) no desmantelamento e remoção, no concelho da Sertã, de 11 aerogeradores do parque eólico inicial, em operação desde 2000, tendo atualmente cada turbina uma potência instalada de 0,6 MW; -----

ii) a substituição dos 11 aerogeradores em operação por até 3 novos aerogeradores, com potência unitária de até 6 MW; -----

Segundo a informação constante nas plantas apresentadas pelo requerente e de acordo com o Regulamento do Plano Diretor Municipal da Sertã (doravante designado por “PDM da Sertã”), os novos aerogeradores serão implantados em solos classificados como “Espaços Agrícolas de Produção” e “Espaços Florestais de Produção Condicionada”, compreendendo, parcialmente, espaço de Reserva Ecológica Nacional;-----

Nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 20º, a qual remete para o disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 22º, do Regulamento do PDM da Sertã, em espaços

agrícolas poderão ser autorizadas “edificações de interesse concelhio, reconhecido por deliberação expressa da Assembleia Municipal”; -----

No mesmo sentido, a alínea b), do n.º 2, do artigo 24º, do Regulamento do PDM da Sertã, possibilita a autorização de construção, em espaços florestais, de “obras de reconhecido interesse concelhio, reconhecido por deliberação expressa da Assembleia Municipal”;-----

Da presente proposta fazem parte integrante o Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal fundamentado, anexo ao Requerimento, e respetivas plantas;-----

Segundo o requerente, o Projeto pressupõe a “configuração geral e infraestruturas de ligação à RESP (Rede Elétrica de Serviço Público) atualmente existentes, nomeadamente acessos principais e subestação, evitando novas ocupações de solo, reduzindo consideravelmente o volume de obras e minimizando quaisquer impactos adicionais” e as áreas de intervenção coincidem com “as classes de uso onde já se encontram instalados os aerogeradores atualmente em operação”; -----

Do ponto de vista paisagístico, a redução de 11 aerogeradores em operação para 3 com maior espaçamento entre máquinas corresponde à melhoria substancial da leitura da paisagem no nosso território e à redução do impacto visual destas infraestruturas;

De igual modo, o requerente tem programado utilizar as infraestruturas existentes, reduzir a área ocupada e recuperar as zonas a desativar, “contribuindo para drenagem natural, regeneração vegetal e requalificação do território”. -----

Através da utilização de “tecnologia eólica mais moderna, com maior produtividade”, reforça-se a eficiência energética das infraestruturas, enquanto se consolida os níveis de produção de energia renovável no concelho e se contribui para alcançar os “objetivos de descarbonização assumidos por Portugal e pela União Europeia”; -----

Um novo ciclo de operação do Parque Eólico de Cabeço Rainha assegura compensações financeiras diretas ao Município, designadamente, 13.500 €/MVA, a atribuir pelo Fundo Ambiental (compensação obrigatória prevista por lei) e 1.500 €/MVA, “cujo valor absoluto será adicional e disponibilizado, pela EDP Renováveis, através de protocolo próprio”; -----

O projeto de Reequipamento do Parque Eólico de Cabeço Rainha representa um evidente benefício para o concelho da Sertã, na medida em que pressupõe a redução dos impactos visuais associados à presença de grandes infraestruturas de produção de energia renovável no concelho, bem como a recuperação das zonas a desativar no

território a intervir e determina a existência de benefícios económicos diretos para o Município; -----

O reconhecimento de interesse público municipal, conforme previsto no Regulamento do PDM da Sertã, permite a continuidade do processo de licenciamento do Projeto em questão junto da DGEG pela requerente EDP Renováveis Portugal, SA, e não dispensa a observância das normas previstas nos instrumentos de desenvolvimento e planeamento territorial em vigor na área do Município, bem como das demais condições gerais a que devem obedecer as operações urbanísticas, definidas no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação; -----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que:-----

A Câmara Municipal delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse concelhio do Projeto de Reequipamento do Parque Eólico de Cabeço Rainha, para efeitos da alínea f), do n.º 2, do artigo 22.º, e da alínea b), do n.º 2, do artigo 24.º, ambos do Regulamento do PDM da Sertã, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea r), do n.º 1, do artigo 25º, e da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Interveio referindo nada tem contra o reconhecimento de interesse concelhio, aliás é a substituição no Parque Eólico de Cabeço Rainha, de 11 aerogeradores, com uma potência de 0.6 megawatts, que vão ser desmantelados e substituídos por 3 aerogeradores com uma potência de 6 megawatts, portanto o impacto vai ser com certeza positivo e muito mais benéfico para o Concelho. O que pretende questionar o Senhor Presidente é que foi abordado por alguns munícipes que fizeram chegar aos serviços pedidos de interesse concelhio, à semelhança do que era feito no passado, está previsto no PDM, tal como foi e como será aprovado hoje este interesse concelhio mas há projetos também mais pequenos de interesse para os munícipes, portanto, a sua questão é muito simples que se passa com estes pedidos. Existe alguma forma diferente de tratar os procedimentos que deviam ser iguais? -----

-----**Senhor Presidente da Câmara:** Respondendo diretamente à questão que foi colocada, referiu que, de facto, existem outros pedidos e que a situação não o deixa confortável. Explicou que esses pedidos se encontram em lista de espera por dois motivos: primeiro, porque o PDM está a ser revisto e pretendia-se avaliar até que ponto alguns poderiam ser acomodados dentro do novo PDM; segundo, porque



parece necessário ter uma espécie de grelha de análise para que a avaliação desses pedidos seja mais coerente e equitativa. -----

Mas reconheceu e concordou que se trata de uma situação que precisa de ser analisada com urgência. -----

**Deliberação:** Após a respetiva apreciação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o reconhecimento do interesse concelhio do Projeto de Reequipamento do Parque Eólico de Cabeço Rainha, nos termos da presente proposta.-----

-----**2.4 - Proposta para aprovação de abertura de concurso para pessoal dirigente do Município da Sertã - Proc.º 2026/250.10.100/1 - - para deliberação; ---**

Foi aprovada por maioria pelo Executivo Camarário, contabilizando 1 (uma) abstenção do Vereador José da Silva Nunes e 5 (cinco) votos a favor a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 13 de fevereiro de 2026. -----

-----**Proposta n.º 28/2026** -----

Considerando que:-----

O mapa de pessoal para 2026, e o Orçamento Municipal para o presente ano, contempla o provimento de um dirigente intermédio de 2.º Grau – Chefe da Divisão Económico-Financeira e de cinco dirigentes intermédios de 3.º Grau – Chefe da Unidade de Ação Social, Saúde e Educação, Chefe da Unidade de Comunicação, Relações Públicas, Protocolo e Cooperação Internacional, Chefe da Unidade - Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, Chefe da Unidade de Bibliotecas, Promoção da Leitura e Eventos Literários e Chefe da Unidade de Desporto;-----

A coordenação destas unidades orgânicas encontra-se, transitoriamente, a ser assegurada em regime de substituição, sendo necessário, contudo, garanti-la de modo mais permanente e contínuo, sob pena de ficar comprometida a gestão e coordenação dos serviços;-----

Aquelas designações não podem exceder o prazo máximo de 90 dias, salvo se estiver em curso procedimento tendente à designação de novos titulares; -----

Considera-se imprescindível o recrutamento para os cargos em causa, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos nos setores de atividade a que aqueles se destinam, torna-se necessário o provimento dos titulares dos referidos cargos de direção intermédia;-----

Os titulares dos cargos de direção intermédia são recrutados, por procedimento concursal, nos termos Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação, adaptado à administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29/8, na sua redação atual, conjugado com o disposto nos art.º 78.º e 79.º do Regulamento dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Sertã; -----

O recrutamento, por procedimento concursal, de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho a que correspondem os cargos dirigentes identificados anteriormente, deverá ser operado por recurso à constituição de relação jurídica de emprego público, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos e renovável por iguais períodos de tempo; -----

Encontram-se cumpridos os seguintes pressupostos necessários para abertura do referido concurso a saber:-----

- a) Existe cabimento orçamental para suporte da despesa; -----
- b) Existe previsão dos referidos cargos dirigentes no Mapa de Pessoal do Município para o presente ano;-----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Autorizar a abertura de procedimentos concursais para efeitos de recrutamento e seleção tendo em vista o provimento dos cargos dirigentes a seguir identificados: -----

- a) 1 lugar de Chefe da Divisão Económico-Financeira – licenciatura adequada ao conteúdo funcional da unidade orgânica em causa; -----
- b) 1 lugar de Chefe da Unidade de Ação Social, Saúde e Educação – licenciatura adequada ao conteúdo funcional da unidade orgânica em causa; -----
- c) 1 lugar de Chefe da Unidade - Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico – licenciatura adequada ao conteúdo funcional da unidade orgânica em causa; -----
- d) 1 lugar de Chefe da Unidade de Comunicação, Relações Públicas, Protocolo e Cooperação Internacional – licenciatura adequada ao conteúdo funcional da unidade orgânica em causa; -----
- e) 1 lugar de Chefe da Unidade de Bibliotecas, Promoção da Leitura e Eventos Literários – licenciatura adequada ao conteúdo funcional da unidade orgânica em causa; -----
- f) 1 lugar de Chefe da Unidade de Desporto – licenciatura adequada ao conteúdo funcional da unidade orgânica em causa; -----

2.º - Determinar que: -----

- a)O recrutamento deverá ocorrer de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado;-----
- b)Os candidatos têm que estar dotados de competência e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo na área de atuação, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento tivesse sido exigível licenciatura (n.º 1, artigo 20.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e n.º1, do art.º 79.º, do Regulamento dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Sertã);-----
- c)O titular do cargo será recrutado de entre indivíduos com capacidade de liderança e gestão das pessoas, visão estratégica, capacidade de planeamento e organização, capacidade de decisão, capacidade de orientação para a inovação e mudança, capacidade de análise da informação e sentido crítico, experiência profissional e formação técnica na área de atuação da unidade orgânica;-----
- d)Os métodos de seleção a utilizar: Avaliação curricular e Entrevista pública; -----
- 3.º - Solicitar à Assembleia Municipal autorização para atribuição do pagamento de despesas de representação aos dirigentes intermédios de 2.º grau – Chefes de Divisão, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08 na redação atual, por forma a garantir uma equidade de tratamento entre os dirigentes da administração central e local e os atuais dirigentes providos;-----
- 4.º - Tendo em consideração que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, o júri de recrutamento é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e é composto por um presidente, designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, e por dois vogais, designados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica, mais proponho que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal, também para deliberação, sobre a seguinte constituição dos júris dos procedimentos:-----
- a)1 lugar de Chefe da Divisão Económico-Financeira:-----
- Presidente: Paula Cristina Barata Joaquim Crisóstomo, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta, do Município de Vila de Rei; -----
- Vogais Efetivos: Nuno Acácio Dias Assunção, Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos, do Município da Sertã, que substituirá o presidente nas suas



faltas ou impedimentos e Luís Miguel Cardoso Ferreira, Chefe da Divisão Financeira e Administrativa, do Município de Proença-a-Nova.-----

b)1 lugar de Chefe da Unidade de Ação Social, Saúde e Educação: -----

Presidente: Nuno Acácio Dias Assunção, Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos, do Município da Sertã;-----

Vogais Efetivos: Inês Andreia das Neves Ferreira Martins, no cargo de Chefe da Divisão de Educação, Ação Social, Cultural, Desporto e Juventude, do Município de Oleiros, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e Paula Cristina Marques Balau Esteves, Chefe da Divisão de Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Juventude, do Município de Proença-a-Nova. -----

c)1 lugar de Chefe da Unidade - Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico: -----

Presidente: Paula Cristina Barata Joaquim Crisóstomo, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta, do Município de Vila de Rei; -----

Vogais Efetivos: Nuno Acácio Dias Assunção, Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos, do Município da Sertã, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e Susana Maria Ribeiro Lopes Farinha, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, Inovação e Promoção Territorial, do Município de Castelo Branco.-----

d)1 lugar de Chefe da Unidade de Comunicação, Relações Públicas, Protocolo e Cooperação Internacional: -----

Presidente: Paula Cristina Barata Joaquim Crisóstomo, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão, Obras e Floresta, do Município de Vila de Rei; -----

Vogais Efetivos: Inês Andreia das Neves Ferreira Martins, no cargo de Chefe da Divisão de Educação, Ação Social, Cultural, Desporto e Juventude, do Município de Oleiros, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e Susana Maria Ribeiro Lopes Farinha, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, Inovação e Promoção Territorial, do Município de Castelo Branco.-----

e)1 lugar de Chefe da Unidade de Bibliotecas, Promoção da Leitura e Eventos Literários:-----

Presidente: Vítor Manuel Martins Farinha, Chefe de Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, do Município da Sertã;-----

Vogais Efetivos: Inês Andreia das Neves Ferreira Martins, no cargo de Chefe da Divisão de Educação, Ação Social, Cultural, Desporto e Juventude, do Município de Oleiros, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos, e Marta Maria Farinha Martins, Chefe de Unidade de Arquivo e História Local, do Município da Sertã.



f)1 lugar de Chefe da Unidade de Desporto: -----

Presidente: Vítor Manuel Martins Farinha, Chefe de Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, do Município da Sertã; -----

Vogais Efetivos: Carlos Miguel Laranjeira Luís, Chefe da Divisão de Turismo, Cultura e Ambiente, do Município de Vila de Rei, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos, e César Luís de Miranda Carvalho, Chefe de Divisão de Obras Municipais, do Município da Sertã.-----

**Deliberação:** Após a respetiva apreciação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, contabilizando 4 (quatro) abstenções da bancada do CHEGA e 27 (vinte e sete) votos a favor, aprovar os pontos 3 e 4 nos termos da presente proposta.-----

-----**2.5 - Proposta de criação de Assembleia Municipal Extraordinária Anual, Freguesias- para deliberação;**-----

O deputado Joaquim Alves apresentou proposta, de acordo com o nº 3 do Artigo nº 31º do Regimento da Assembleia Municipal da Sertã que a seguir se transcreve: -----

Considerando que:-----

“Nas funções em que fui eleito nesta Assembleia, para representar as Freguesias do Concelho da Sertã na Associação Nacional de Municípios Portugueses, como é do vosso conhecimento, estive presente no XXVII Congresso da ANMP, que decorreu nos dias 13 e 14 de dezembro em Viana do Castelo. Com a devida atenção, ouvi e anotei muitas e boas ideias, práticas, sugestões, exemplos. Nesse sentido, a intervenção que hoje trago assenta num princípio simples, mas essencial para o bom funcionamento da nossa democracia local: o reforço do diálogo estruturado entre as Juntas de Freguesia e os órgãos municipais. -----

As Juntas de Freguesia são, por natureza, a primeira porta da proximidade, o espaço onde diariamente se identificam necessidades, se escutam preocupações e se constroem soluções. É no território, junto das pessoas, que se sente a realidade concreta do concelho. Por isso, considero que é fundamental que essa experiência, esse conhecimento e essa visão possam ser partilhados de forma mais sistemática e aprofundada. -----

Nesse sentido, venho propor a esta Assembleia e à Câmara Municipal a criação de uma Assembleia Municipal Extraordinária anual, exclusivamente dedicada ao debate dos temas, desafios e necessidades das nossas freguesias. -----

Uma sessão onde todas e todos os Presidentes de Junta possam expor, com tranquilidade e sem qualquer medo ou receio, as suas motivações, prioridades e preocupações, onde possam contribuir para a definição estratégica do concelho, e

onde o diálogo institucional seja valorizado como instrumento de cooperação e não apenas como formalidade. -----

Acredito que esta iniciativa reforçará a transparência, a participação e a coesão territorial, permitindo que cada freguesia, independentemente da sua dimensão, tenha um espaço próprio para fazer ouvir a sua voz e influenciar as decisões futuras da sua freguesia e do nosso concelho. -----

Por isso, deixo esta sugestão com espírito construtivo e com a convicção de que um concelho mais forte constrói-se com freguesias mais ouvidas, mais respeitadas e mais envolvidas. “ -----

-----**Jorge Rodrigues (PS):** O deputado interveio referindo que, com o devido respeito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sertã, estava à espera que a sua intervenção não se limitasse à leitura da proposta, que já se encontrava em posse dos restantes, mas que constituísse um esclarecimento efetivo da mesma. Acrescentou que a proposta lhe suscita algumas dúvidas, uma vez que começa por ser apresentada como proposta e, posteriormente, como sugestão.-----

Recordou que já havia sido abordada anteriormente a questão do enquadramento legal, reiterando que as sessões ordinárias estão previstas no artigo 27.º, sendo claras quanto ao número de cinco sessões, não existindo qualquer disposição legal subsequente que permita a este órgão deliberar no sentido de acrescentar assembleias com carácter regular. Esclareceu ainda que o artigo 28.º não se destina à criação de sessões adicionais, mas sim à possibilidade de convocação de sessões extraordinárias em casos específicos, quando estas são necessárias, oportunas ou requeridas para um fim muito concreto.-----

Sublinhou que não se deve alargar essa interpretação para justificar a realização de sessões extraordinárias por motivos diversos, uma vez que a lei prevê claramente o carácter de urgência nesse contexto. Acrescentou que, caso se trate de um assunto não urgente, como uma reunião de carácter anual, este poderá aguardar e ser incluído ou debatido no âmbito das sessões ordinárias.-----

Referiu ainda que, de outro modo, poderá estar implícita uma crítica a alguma bancada, no sentido de não permitir que os presidentes de junta exponham, nas sessões ordinárias, ideias, boas práticas ou sugestões recolhidas no exercício das suas funções, nomeadamente em entidades como a Associação Nacional de Municípios. Considerou, no entanto, que essa partilha pode ser feita no âmbito de reuniões entre presidentes de junta ou nas próprias sessões ordinárias, não sendo necessária a realização de uma assembleia extraordinária para esse efeito.-----



## sertã assembleia municipal

Por fim, afirmou que esperava que, após a intervenção anterior, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sertã tivesse retirado a proposta, o que não aconteceu, a mesma já havia sido analisada atentamente e que, no seu entendimento, continua a carecer de fundamento legal. Por fim referiu ainda que, na prática, a proposta poderá estar a sugerir ou a insinuar que, nas reuniões ordinárias, os presidentes de junta não conseguem expor as suas situações, questionando que base ou auscultação terá sido feita junto dos restantes presidentes de junta para sustentar tal entendimento.-----

-----**Jorge Coluna (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Interveio no sentido de informar que foi indicado pela bancada do PSD como representante do partido na Comissão de Estudo para a alteração do Regimento da Assembleia Municipal da Sertã. Prosseguindo, referiu que analisou alguns regulamentos de assembleias municipais que já preveem este tipo de situação — sessões que não são extraordinárias, mas sessões ordinárias dedicadas exclusivamente à discussão de assuntos das juntas de freguesia.-----

Nesse sentido, propôs que a presente proposta não fosse submetida a votação, uma vez que a Assembleia pretende rever o regulamento, podendo essa situação vir a ser contemplada nesse âmbito. Acrescentou que, caso venha a ser incluída no regulamento, ficará devidamente enquadrada e permitirá a realização de assembleias nos termos propostos pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Interveio referindo que tem sido hábito nesta Assembleia e que, sempre que os assuntos são de interesse, ouve todos os intervenientes e depois cabe-lhe, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, intervir e dar a sua opinião, especificamente quando há questões de natureza regulamentar e regimental. Portanto, disse que, como já se havia manifestado há pouco de forma muito breve, importa esclarecer que existe aqui um vício de forma relativamente ao pedido de marcação desta Assembleia e não é, pegando nas palavras do senhor deputado Jorge Farinha, mas, na realidade, há aqui um problema de natureza legal.-----

Porque, pegando no nosso Regimento — que é público — e certamente com a ótima intenção com que o deputado apresentou a proposta, não terá reparado que o Regimento aponta exatamente para a necessidade de um requerimento à Mesa da Assembleia, que tem de ser subscrito por, pelo menos, um terço dos membros da Assembleia Municipal. Esse é o primeiro aspeto. O segundo prende-se com a apreciação do caráter de urgência, e a intervenção do senhor deputado Jorge Farinha parece-lhe clara no sentido de dizer que existe a possibilidade de marcar uma

Assembleia extraordinária anual. Não é esse o espírito da marcação das assembleias extraordinárias. Aliás, a Lei n.º 75/2013 determina que estas devem ocorrer quando existem assuntos urgentes ou de interesse relevante que não podem aguardar pelas sessões ordinárias agendadas. Assim, ao agendar com um ano de antecedência ou numa periodicidade anual, estamos a reconhecer que a mesma não é urgente e, portanto, não se enquadra nesses pressupostos.-----

Permitam-lhe que faça um comentário, apesar de não estar em desacordo, no sentido de reafirmar que, nas sessões da Assembleia Municipal, as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia não dependem da ação do Presidente da Assembleia ou da Mesa na elaboração do edital; trata-se de um espaço de intervenção pública e política de liberdade. Recordou também que o Presidente da Assembleia foi, em tempos passados, criticado por gerir, por vezes de forma aberta e flexível, os períodos de intervenção dos deputados e recorda que apenas numa ou noutra situação teve uma atitude menos simpática, mas permitiu sempre o término das intervenções.-----

Ao contrário do que foi dito anteriormente, não vai fazer qualquer juízo político, apenas reafirma que, enquanto Presidente da Assembleia, todos os eleitos têm a garantia de que este é um espaço de intervenção e que têm liberdade, dentro das regras estabelecidas no Regimento, de poderem dizer tudo aquilo que entenderem. Também têm, no caso particular dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, a possibilidade de fazer uma intervenção no período destinado ao público.-----

Não está a pôr em causa a legitimidade de incluir propostas na Ordem do Dia de uma sessão ordinária da Assembleia, no entanto, se os senhores Presidentes de Junta considerarem necessário convocar mais uma sessão da Assembleia Municipal, por qualquer motivo, em termos extraordinários, têm toda a legitimidade, de acordo com o Regimento. Agora, não a podemos convocar com um ano de antecedência nem definir que terá uma periodicidade anual. E, nesse sentido, cumprindo o Regimento, considera que a intervenção do senhor deputado Jorge Coluna é muito pertinente. Desde já, agradeceu ainda o facto de o ter informado de que foi indicado pela bancada do PSD como representante do partido na Comissão de Estudo para a alteração do Regimento da Assembleia Municipal da Sertã. Referiu ainda que, como um dos elementos nomeados, se trata de uma sugestão muito pertinente, pois iremos entrar num processo de revisão do Regimento e, portanto, o grupo de trabalho tem toda a legitimidade para trabalhar no sentido de apresentar propostas. As que forem consideradas adequadas serão, dentro do processo democrático, objeto de análise, discussão e votação na Assembleia, construindo-se, certamente, um novo Regimento.

-----**Joaquim Alves (PSD):** Agradeceu de imediato as explicações e referiu que já tinha conhecimento do conteúdo do artigo 28.º. No entanto, salientou que participou no Congresso da Associação Nacional de Municípios, onde constatou que muitas Assembleias Municipais realizam uma sessão anual dedicada a assuntos relevantes das freguesias.-----

Acrescentou que, tendo em conta a futura alteração do Regimento da Assembleia Municipal, esse aspeto deverá ser considerado. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Interveio referindo que existem regimentos que permitem essa possibilidade, o que não acontece com o Regimento da Assembleia Municipal da Sertã. Acrescentou que, na próxima alteração, a equipa de revisão do Regimento trabalhará nesse sentido.-----

De seguida, lembrou o líder da bancada do Partido Social Democrata de que aguarda a indicação dos elementos que irão constituir essa comissão. Referiu ainda que, após o debate, ficou em aberto a possibilidade de não se proceder à votação da proposta, uma vez que a mesma fere o Regimento, existindo, no entanto, o compromisso de todos em continuar a trabalhar nesse sentido.-----

**Deliberação:** Após a respetiva apreciação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade retirar a presente proposta -----

-----**2.6 – Para conhecimento do plenário:**-----

-----**2.6 1 – Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Sertã relativo ao ano de 2025 – para conhecimento;** -----

-----**Maria João Ribeiro (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XIV)-----

-----**Presidente da Assembleia:** Agradeceu à Senhora Deputada Maria João Ribeiro pela apresentação do relatório e, na sua qualidade de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Sertã, estendeu o agradecimento a todas as entidades que constituem essa Comissão, pelo trabalho desenvolvido na defesa dos interesses das crianças e dos jovens do concelho. -----

**Deliberação:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3- Intervenção do Público.**-----

-----**António Silva – Cernache do Bonjardim** Cumprimentou todos os presentes e iniciou a sua intervenção com uma nota de reconhecimento ao atual executivo. Referiu que governar implica escolhas difíceis e, por vezes, impopulares, saudando a coragem política demonstrada ao cancelar dois eventos do concelho num momento

em que a gestão de recursos deve ser rigorosa, valorizando quem sabe dizer não em prol da sustentabilidade financeira. -----

Contudo, permitiu-se fazer uma observação: essa mesma coragem poderia, talvez, ter sido estendida a outros eventos que permanecem em agenda. Considerou que parece existir ainda uma certa elite intelectual no concelho cujas preferências parecem imunes a cortes, enquanto áreas estruturantes continuam a aguardar investimento.-----

Referiu ter ouvido o Excelentíssimo Presidente da Câmara defender a Maratona da Leitura, acrescentou que não pretendia, de forma alguma, destacar qualquer atividade em particular; no entanto, relativamente à afirmação de que a Maratona da Leitura é a marca da Sertã, manifestou a sua discordância, considerando que existem outras iniciativas que devem ser igualmente valorizadas, tendo em conta o seu grau de importância.-----

Seguidamente, referiu que o assunto que o levava a intervir não se prende com lazer, mas sim com sobrevivência e mobilidade básica. Indicou o estado degradado das vias que ligam Porto de Fuzos a Sambado e Porto de Fuzos a Mendeira, as quais apresentam abatimentos de piso muito graves. Esclareceu que não se trata de simples desgaste, mas de um risco real de colapso e de ocorrência de acidentes graves para quem ali circula diariamente. Alertou ainda que, caso as vias se tornem intransitáveis, o risco é iminente, podendo verificar-se o isolamento ou uma limitação severa no acesso às localidades de Sambado, Casal das Casas, Pinheiro, Aldeia Velha, Ponte Velha, Mercador, Mendeira, Macieira, Monte Minhoto e Várzea do Pedro Mouro.-----

Acrescentou que estas populações poderão ficar dependentes de um único trajeto alternativo, entre Mendeira e Ponte do Vale da Ursa, o qual, como é do conhecimento geral, apresenta já constrangimentos, nomeadamente estreitamento da via, obrigando à circulação alternada, o que causaria transtornos significativos para quem necessita de se deslocar para o trabalho, escolas, entre outros.-----

Posto isto, em representação dos habitantes destas localidades, colocou as seguintes questões: Para quando está prevista uma intervenção profunda nas vias mencionadas? E para quando está prevista a conclusão da obra do aqueduto da Aldeia Velha, iniciada há cerca de um ano?-----

Concluiu manifestando a expectativa de que o mesmo rigor aplicado no cancelamento de eventos seja igualmente aplicado na resolução urgente destas infraestruturas.-----

-----**Presidente da Câmara:** Referiu que, quanto à Maratona da Leitura, esta não é a única marca da Sertã, existindo outras, felizmente; no entanto, reiterou que se trata de uma grande referência do concelho.-----

Relativamente ao estado degradado das vias de comunicação, explicou que se trata de ocorrências resultantes do temporal, sendo, infelizmente, uma situação verificada em várias zonas do concelho. Acrescentou que as equipas se encontram no terreno a trabalhar para intervir com a maior brevidade possível, embora se tratem de intervenções que exigem análise e que, em muitos casos, implicam trabalhos de grande profundidade. Saliu ainda que, em alguns troços, é necessário refazer a via praticamente desde o início.-----

Para finalizar concluiu que, brevemente, será possível intervir nessa via e noutras que necessitam de intervenção urgente. -----

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelas 19:40 horas, da qual eu, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes, lavrei a presente ata, aprovada em minuta por unanimidade e que vai ser assinada.-----

-----O Presidente da Assembleia, 

-----A Assistente Técnica, 

2  
A  
D. J.  
Moreira

## Voto de Pesar

No passado dia 17 de janeiro de 2026 tomou a Assembleia Municipal da Sertã conhecimento do falecimento do Dr. Luís Adelino de Freitas Damas Moreira, ilustre munícipe e cidadão respeitado do Concelho da Sertã.

O Dr. Luís Adelino de Freitas Damas Moreira nasceu a 14 de abril de 1928, em Castelo de Paiva, mas foi na Vila da Sertã que constituiu família e desempenhou a sua atividade profissional de Conservador, no Registo Civil da Sertã.

Cidadão respeitado, Homem de causas, sempre lutou pela Liberdade, pela democracia e pelo desenvolvimento do Concelho da Sertã, bem como pela melhoria do bem-estar dos seus concidadãos.

Em 12 de dezembro de 1976, nas primeiras eleições autárquicas realizadas em liberdade, foi eleito e exerceu funções de Presidente da Assembleia Municipal da Sertã, em representação do então Partido Popular Democrático, dando um contributo determinante para a instituição do poder local democrático em Portugal, onde pela primeira vez, todos os órgãos municipais e de freguesia foram eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, implementando e consolidando a democracia local.

Ilustre advogado, norteou sempre a sua ação por princípios de igualdade, justiça, e elevado sentido ético. Homem íntegro, cidadão exemplar, soube sempre dignificar os cargos que exerceu, direcionando sempre a sua atuação em prol dos interesses da comunidade.

O seu desaparecimento constitui uma importante perda para o Concelho da Sertã. Antes de partir assegurou que todos estes valores e princípios éticos e democráticos foram transmitidos à sua descendência, filhos e netos, e que o seu percurso de intervenção política e cívica seria continuado quando em outubro último, fez questão de nos honrar com a sua presença para assistir à tomada de posse da sua neta, Matilde Damas Moreira, enquanto membro efetivo desta assembleia.

Pela sua postura e conduta ao longo da vida, pelos vários papéis de relevo que desempenhou em prol do Concelho da Sertã, por ter sido o primeiro presidente deste órgão autárquico, e por ser um "Homem genuinamente bom", o presidente

em exercício da Assembleia Municipal da Sertã, em representação do órgão,  
propõe:

- Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor Dr. Luís Adelino de Freitas Damas Moreira;
- Realizar um minuto de silêncio em memória do Primeiro Presidente da Assembleia Municipal da Sertã eleito democraticamente;
- Manifestar à sua família as mais sinceras e sentidas condolências.

Sertã, em 05 de fevereiro de 2025

O Presidente da Assembleia Municipal da Sertã



José Pedro Leitão Ferreira

  
Amador

## VOTO DE PESAR

As bancadas do PSD e do PS e Chega nesta Assembleia Municipal, propõem um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. Eduardo Martins Patrício Mendes.

Faleceu no dia 9 de fevereiro, aos 95 anos, Eduardo Patrício, uma das vozes mais ativas e interventivas da sociedade do concelho da Sertã.

Residente na Casa da Poesia, em Cernache do Bonjardim, valência do Centro Social São Nuno de Santa Maria, instituição que ajudou a erguer, Eduardo Patrício integrou durante vários anos a direção, da qual era presidente honorário.

Conhecido pela proximidade às coletividades e instituições locais, destacou-se pela participação cívica ativa, sendo presença assídua nas reuniões da Câmara Municipal e nas assembleias municipais e de freguesia, sem nunca ter exercido cargos políticos ou integrar partidos.

Foi igualmente administrador de várias empresas, entre as quais a Polisuper.

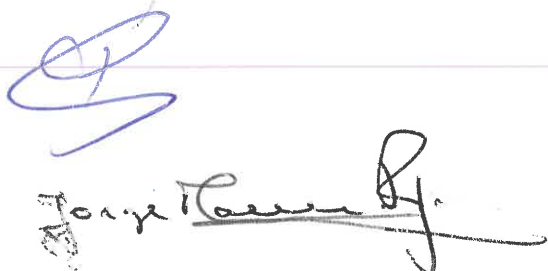
Exerceu funções como secretário da mesa da Assembleia geral dos Bombeiros Voluntários de Cernache do Bonjardim entre 2019 a 2022.

Um homem de bem e um amigo do seu amigo.

Neste momento especialmente difícil, pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

- Aprovar o presente "VOTO DE PESAR" pelo seu falecimento;
- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências;
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.

Sertã, 16 de fevereiro de 2026

  
José Manuel

Este Voto de Louvor é dirigido aos nossos bombeiros, às forças de segurança, à proteção civil, aos serviços municipais, às juntas de freguesia, às empresas de fornecimento de energia elétrica, aos voluntários e a todos os sertaginenses que, desde a primeira hora, demonstraram serenidade, coragem e um sentido de missão absolutamente exemplar.

Quando o medo poderia ter vencido, venceu o dever.

Quando o cansaço se instalou, falou mais alto a coragem.

Quando o desânimo ameaçou, ergueu-se a união.

Corre-nos nas veias o sangue de Celinda e a sabedoria de Padre Manuel Antunes. Herdámos a força de quem nunca virou a cara às dificuldades e a lucidez de quem sabe que os desafios de hoje serão as conquistas e as alegrias do futuro. Porque, por vezes, a vida é isto mesmo: seguir de fracasso em fracasso, aprendendo, resistindo, até alcançar o sucesso.

A resposta dada naquela manhã de 28 de janeiro — e que continua firme até aos dias de hoje — é profundamente enternecedora e digna do mais elevado reconhecimento. Temos vencido batalhas desde então. Muitas. Com trabalho, com entreajuda, com sacrifício. Mas sabemos que ainda há outras tantas por travar até termos de volta, plena e viva, a nossa Princesa da Beira.

Que este Voto de Louvor seja mais do que palavras.

Que seja um abraço coletivo.

Que seja um sinal claro de gratidão.

Que seja a afirmação de que o concelho da Sertã não verga.

A todos vós, o nosso profundo e sentido agradecimento.

Pela Bancada do Partido Social Democrata da Sertã,

Diogo Ribeiro Matias

---

Alexandre III  
[Handwritten signatures]



### Voto de louvor

Excelentíssimos Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Sertã, na sua pessoa cumprimento toda a Mesa da Assembleia Municipal. Excelentíssimos Sr. Presidente da Câmara, em si cumprimento todos os vereadores do Executivo Municipal da Sertã. Srs. Deputados Municipais, os meus cumprimentos. Cumprimento também os funcionários do município que nos auxiliam nesta Assembleia. Os órgãos de comunicação social aqui presentes, os meus cumprimentos. E um cumprimento bastante especial, para aqueles que assistem a esta Assembleia Municipal, seja presencialmente, ou através da emissão em direto da Rádio Condestável.

Nos termos do art.º 34 n.º1, al.) e; e do art.º 43 n.º 1, al.) c do Regimento Assembleia Municipal da Sertã, a bancada do Partido Social Democrata da Sertã (PSD Sertã) apresenta o seguinte voto de louvor:

A noite de 27 para 28 de janeiro ficará gravada na memória coletiva do nosso concelho. A Tempestade Kristin fez-se sentir com violência sobre o nosso território e, naquela madrugada dura e trágica, deixou um rasto de destruição na nossa Princesa da Beira, a Sertã.

Das nossas 10 freguesias, nenhuma escapou ilesa. A dimensão dos estragos foi tal que se torna impossível enumerar tudo o que foi afetado. Casas, floresta, empresas, memórias de uma vida inteira. Netos que viram no rosto dos seus avós o sentimento de parte da sua história perdida. Filhos que encontraram no olhar dos seus pais a dor de ver desmoronar aquilo por que tanto lutaram. Avós e pais que, por sua vez, reconheceram nos mais novos a mágoa de ver os seus sonhos, uma vez mais, postos à prova.

Mas se a tempestade foi violenta, maior foi a resposta da nossa população.



## MOÇÃO

### Realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA SERTÃ

Nos termos do art.º 34 n.º 1, al.) d, do art.º 43 n.º 1, al.) e, e do art.º 75 n.º 1, al.) b do Regimento da Assembleia Municipal da Sertã, a bancada municipal do Partido Social Democrata do concelho da Sertã (PSD Sertã) apresenta a seguinte Moção para a Realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária.

A madrugada do passado dia 28 de janeiro ficará na memória de muitos sertaginenses. A Tempestade Kristin deixou marcas profundas no nosso concelho, causando prejuízos, medo e incerteza. Perante a dimensão dos acontecimentos, entendemos que é nosso dever, enquanto eleitos locais, promover um momento sério, responsável e construtivo de reflexão.

Assim, a bancada municipal do PSD Sertã vem, por este meio, requerer a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária, com o objetivo de:

1. Discutir a resposta do Município à Tempestade Kristin, analisando os meios mobilizados, as dificuldades sentidas e a organização seguida;
2. Apresentar e debater propostas que possam contribuir para a melhoria do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, reforçando a prevenção, a coordenação e a capacidade de resposta futura.

Na última década, fenómenos meteorológicos extremos têm assolado Portugal com crescente frequência e intensidade. A par das tempestades e cheias, não podemos esquecer os Verões cada vez mais severos e os incêndios que, ano após ano, ameaçam populações, bens e património natural. A realidade mudou — e exige de nós preparação, responsabilidade e visão estratégica.

Hoje não é momento para apontar dedos. Não é tempo de dividir. É tempo de unir esforços. É tempo de reerguer a nossa terra, a nossa Sertã. Para a bancada do PSD, primeiro está o nosso concelho e as suas gentes; só depois quaisquer



interesses partidários. Oxalá este espírito de responsabilidade e elevação fosse exemplo em muitos outros níveis da vida política nacional.

Entendemos, por isso, que esta Assembleia Municipal Extraordinária deverá realizar-se após o Verão, permitindo que, possamos reunir com serenidade, dados concretos e espírito construtivo, focados exclusivamente no futuro e na segurança do nosso concelho.

O concelho da Sertã merece planeamento. Merece prevenção. Merece união.

Pela Bancada Municipal do PSD Sertã,

Jorge Nunes

Ponto 1.3 – Apreciação de Assuntos de Interesse para o Município

A passagem da Depressão Kristin pelo concelho da Sertã constituiu um dos desafios meteorológicos mais exigentes da nossa História, deixando um rasto de destruição em habitações, vias rodoviárias, infraestruturas na rede elétrica, condutas de abastecimento de água e telecomunicações...

Esta Tormenta fez mergulhar o nosso território em situações de extrema vulnerabilidade. Perante este cenário de adversidade, importa também enaltecer publicamente o trabalho hercúleo daqueles que por dever ou altruísmo, se colocaram na linha da frente para serem o nosso “porto de abrigo” e garantirem a nossa segurança enquanto a chuva e o vento não nos davam tréguas ...

Desta Forma o Grupo Municipal do Partido CHEGA vem por este meio expressar o seu profundo agradecimento aos Bombeiros Voluntários da Sertã, Bombeiros Voluntários de Cernache Bonjardim à Guarda Nacional Republicana, a todos os voluntários e funcionários municipais, Juntas de Freguesias e Associações locais que, com uma coragem incedível, trabalharam dia e noite para repôr a normalidade.

Um obrigado especial também ao Exército Português, que reforçou as operações no nosso território.

Queremos também dar uma palavra de conforto a todos cidadãos e famílias afetadas pelos efeitos desta calamidade, queremos expressar a nossa total solidariedade e deixar uma palavra de esperança no futuro.

"A tempestade passou, mas a nossa resiliência fica! Queremos pensar que todos sairemos mais fortes e mais preparados com este desastre natural...

Esta foi uma prova de superação que ninguém gostaria de passar, em tudo na vida existe sempre espaço para fazermos melhor em futuras calamidades como esta, fenómenos naturais como este, vão cada vez mais fazer parte regular da nossa vida. Infelizmente não temos retirado lições de acontecimentos similares a este, preferimos optar por medidas reativas em vez priorizamos medidas preventivas!!

Exemplos como:

- Tornado de Dezembro 2010
- Fogos 2017
- Apagão de 2025

E agora a Depressão Kristin devem ser essenciais para transformação destas experiências em conhecimento prático. E devem fomentar a **Cultura de Prevenção" sobre a Reação.**

Nestes momentos de tragédia, devemos ser responsáveis e não devemos fazer nenhum tipo de aproveitamento político.

Contudo como queremos dar respostas às pessoas que votaram em nós e como “Perguntar não ofende”, tenho algumas questões que gostaria de colocar ao Sr. Presidente da Câmara .

**Pergunta nº 1**

O Sr. Presidente disse a um órgão de comunicação Social que só tiveram eletricidade e comunicações a partir das 17h do dia 28 de Janeiro. A questão é: a Câmara Municipal como centro nevrálgico para gestão de crises e calamidades não deveria ter um gerador ou um plano de contingência para garantir o funcionamento dos serviços essenciais durante falhas de eletricidade?



**Pergunta n.º 2**

A Lei de Bases (n.º 98/2021) obriga que os Municípios tenham: Planos Municipais de Ação Climática, Pergunto se o Município tem este plano ativo, e se estiver ativo, que medidas preventivas foram elaboradas para mitigar os danos desta Depressão?

**Pergunta n.º 3**

Infelizmente ao longo dos anos temos assistido a várias falhas do SIRESP, Pergunto, vamos adquirir sistemas de redundância, nomeadamente comunicações via satélite como a Starlink para o Município e para as Freguesias para termos uma solução eficaz e garantir a qualidade das comunicações de emergência em zonas críticas?

**Pergunta n.º 4**

Como Sr. Presidente sabe existiram várias famílias que ficaram com os alimentos estragados nas arcas congeladoras devido à prolongada falta eletricidade... A minha pergunta prende-se com um comunicado da comissão da proteção civil da Sertã, que foi feita no dia 1 de Fevereiro e que apela à população para NÃO doar bens alimentares, dada a dificuldade de armazenamento. Pergunto eu, será que não temos espaços públicos com área suficiente para armazenar conservas, arroz e massas?

**Pergunta n.º 5**

No dia 4 de Fevereiro um pelotão do exército chega à Sertã, infelizmente esse dia 4 ficou marcado também com a única fatalidade que tivemos no concelho, um Sr. que caiu do telhado...

A minha questão é... qual foi o critério das prioridades que utilizaram para colocar as tropas terreno para ajudar?

- Já agora para finalizar deixo uma frase da Madre Teresa de Calcutá para uma reflexão de todos nós, **“Palavras gentis podem ser curtas e fáceis de falar, mas seus ecos são verdadeiramente Infinitos.”**
- Tenho a Certeza que uma palavra de conforto do Sr. Presidente Da Camara feita de forma presencial teria sido muito bem-vinda por parte de muitas famílias que quase tudo perderam!

O Deputado Municipal  
Paulo Cunha

Amo x 0 VI  
P.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras Secretárias

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores

Sras. Deputadas e Srs. Deputados Municipais

Técnicos do município

Comunicação social, Rádio Condestável, todos os ouvintes e Comarca da Sertã

Estimado público aqui presente

Intervenho na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Sertã, mas também como alguém que acompanhou de perto a angústia, a resiliência e a força da nossa população nos dias que se seguiram à tempestade Kristin, no passado dia 28 de fevereiro. Foram dias duros, dias de incerteza, dias que ninguém esquecerá tão cedo.


A tempestade deixou marcas profundas na nossa freguesia. Derrubou milhares de árvores, danificou infraestruturas, interrompeu serviços essenciais e, sobretudo, deixou milhares de pessoas sem energia elétrica durante longos períodos. E quando digo longos, digo demasiado longos.

Vale das Uchas, Venestal estiveram 18 dias sem eletricidade, São Gião, Cardosa e Gordinheira, estiveram 19 dias sem energia elétrica. Repito: 19 dias. E ainda hoje, enquanto aqui falamos, há habitações isoladas que continuam sem luz, e há muitas aldeias que só têm energia graças a geradores, numa solução provisória que não pode prolongar-se muitos mais dias, pois param constantemente.

A estas pessoas, quero deixar um pedido de desculpas. Em meu nome e em nome da Junta de Freguesia da Sertã. A nossa população aguentou muito. Aguentou mais do que seria razoável pedir a qualquer pessoa. Mas também é verdade que muita gente não aguentaria muito mais. E se isso acontecesse, estaríamos a falar de outro tipo de problemas, problemas de saúde, problemas sociais, problemas graves. Não podemos ignorar esta realidade.

Mas, apesar de tudo isto, aquilo que mais se destacou não foi a força da tempestade, foi a força das pessoas.

A população da Freguesia da Sertã mostrou uma união e uma resiliência extraordinárias. Vi vizinhos a ajudarem vizinhos, famílias a partilharem o que tinham, pessoas a colocarem-se ao serviço dos mais vulneráveis. Vi humanidade, vi solidariedade, vi coragem. E é essa força que nos orgulha e que nos move.



Quero ainda deixar um agradecimento muito especial a todas as pessoas, empresas e equipas locais que, de forma espontânea e generosa, se uniram para desobstruir caminhos, abrir acessos e garantir que nenhuma aldeia ou habitação ficasse totalmente isolada. Houve cidadãos que pegaram em tratores, motosserras, máquinas agrícolas e ferramentas próprias, sem esperar por instruções, apenas movidos pelo sentido de comunidade e pela urgência de proteger os seus vizinhos. Houve empresas que disponibilizaram meios, colaboradores e equipamentos, muitas vezes sem pedir nada em troca, apenas porque sabiam que era preciso agir. Graças a este esforço coletivo, silencioso, rápido e profundamente solidário, evitou-se que várias famílias ficassem isoladas durante dias, permitindo que os serviços de emergência chegassem onde era necessário. A todos estes homens e mulheres, que se levantaram no momento certo e fizeram o que tinha de ser feito, deixo o meu mais sincero reconhecimento. São um orgulho para a Freguesia da Sertã.

Quero deixar um agradecimento profundo aos Bombeiros Voluntários da Sertã e aos Bombeiros de Cernache do Bonjardim. Foram incansáveis, determinados e presentes em todas as frentes. A sua entrega e o seu profissionalismo foram essenciais para minimizar danos e proteger vidas.

Agradeço também aos elementos da Proteção Civil, à GNR, ao Executivo Municipal, aos colaboradores da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia da Sertã, que trabalharam sem descanso.

Agradeço também à Junta de Freguesia de Trancoso, da Guarda, de Rio Tinto, Gondosende, de Famalicão, todas as freguesias do concelho de Sintra, em especial de São João das Lampas, Queluz e Almargem do Bispo, por todos os materiais que nos fizeram chegar, telhas, lonas, geradores, águas entre outros bens.

E quero deixar uma palavra também à E-Redes e à empresa Santos & Cordeiro e a todas as equipas que vieram de fora. Sei que estiveram no terreno desde a primeira hora. Sei que trabalharam noite e dia, muitas vezes em locais de difícil acesso, muitas vezes com meios limitados. Sei que fizeram tudo o que estava ao seu alcance. E isso merece ser reconhecido. Mas também sei, e todos sabemos, que haverá explicações a dar. Haverá lições a retirar. Haverá decisões a repensar. E esse momento chegará. Hoje, porém, é dia de agradecer o esforço de todos os técnicos que estiveram no terreno.

Mas há um setor onde não posso deixar de criticar: as empresas de comunicações.

Enquanto a E-Redes e a Santos & Cordeiro estiveram visíveis, presentes e empenhadas, as empresas de telecomunicações, simplesmente não apareceram.

Não fomos contactados por nenhuma, não sabemos onde estiveram, não sabemos o que fizeram, não sabemos que prioridades definiram.

---

E isto é inaceitável.

A reposição das comunicações, telefone, internet, fibra, tardou demasiado. E, em muitos casos, continua a tardar. Num tempo em que tudo depende das comunicações, desde a segurança até ao trabalho, desde a saúde até ao simples contacto com familiares, esta ausência é incompreensível e injustificável.

Muita coisa tem de mudar. E tem mesmo de mudar.

Não podemos continuar a depender de empresas que, em momentos críticos, desaparecem do terreno. Não podemos aceitar que a Sertã seja tratada como um ponto distante no mapa. Não podemos permitir que a nossa população fique isolada, sem informação, sem apoio e sem respostas.

Temos de olhar para o futuro com seriedade. Temos de repensar a forma como nos preparamos para fenómenos climáticos cada vez mais extremos. Temos de reforçar infraestruturas, melhorar redes, garantir redundâncias, planear alternativas. Temos de assegurar que uma situação como esta não volta a deixar a nossa população tão vulnerável.

A Sertã não pode ser deixada para trás. A Sertã não pode ser vista como um território onde se resolve “quando der”. A Sertã merece respeito, merece prioridade e merece segurança.

Apesar de tudo, deixo hoje uma mensagem de esperança. Uma esperança real, construída naquilo que vimos nestes dias, a força da nossa gente. A Sertã é feita de pessoas que não desistem, que não baixam os braços, que se levantam sempre, mesmo quando o vento tenta derrubá-las.

A tempestade Kristin mostrou-nos fragilidades, sim. Mas mostrou-nos também que somos uma freguesia unida, solidária e capaz de enfrentar qualquer adversidade. E é com essa força que vamos continuar a trabalhar, a reconstruir e a preparar o futuro.

A Sertã levantou-se. E continuará a levantar-se, porque a nossa gente assim o quer e assim o merece.

Muito obrigado.

Sertã, 16 de fevereiro de 2026

Joaquim José da Silva Pereira Alves

Presidente de Junta de Freguesia da Sertã

Sertã, 16 de Fevereiro de 2026

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Sertã

Ponto 1.3 – Apreciação de Assuntos de Interesse para o Município

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Sertã, na pessoa de quem cumprimento os restantes elementos da Mesa,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Sertã e Srs. Vereadores,

Exmos. Srs. Membros da Comunicação Social aqui presentes,

Exma. Sr.<sup>a</sup> Técnica de Apoio aos Trabalhos da Assembleia Municipal,

Estimado Público que nos ouve presencialmente ou através da Rádio Condestável,

Senhoras e Senhores Deputados,

Era a madrugada do dia 28 de janeiro. O ano tinha iniciado há pouco menos de um mês e a esperança num amanhã melhor, que sempre acompanha a transição de um ano para o outro, era ainda uma quase-certeza — esse limbo algo infantil e inocente que todos aceitamos de forma quase inata, por não podermos fazer outra coisa que não esperar o melhor de uma vida e de um mundo que não controlamos e sobre os quais detemos muito pouco poder.

Tinha sido um mês habitual, apenas interrompido, no seu quotidiano calendário, pela ida às urnas na primeira volta das eleições presidenciais. Parecia ser desígnio do destino que apenas este evento quebrasse a normalidade deste primeiro mês entre outros doze — um mês em que, fora esta exceção, a vida seguia o seu rumo habitual, ainda pautada por uma esperança coletiva num ano de 2026 mais feliz e mais pacífico do que o anterior.

Este sonho, que no início de janeiro nos parecia exequível de ambicionar — mesmo sabendo que a crua realidade tantas vezes altera os planos certos que fazemos sobre futuros incertos — abateu-se estrondosamente sobre nós nas primeiras horas de uma quarta-feira que havia começado como outra qualquer.

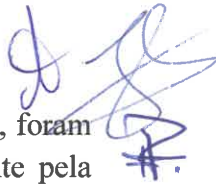
Quando a alvorada ainda estava distante e todo o concelho dormia, fomos cruelmente invadidos por um inimigo sem rosto, com o qual não foi possível parlamentar ou pedir tréguas. À sua passagem deixou uma destruição nunca antes vista e uma população abalada, que surgia dos escombros como fantasmas, contemplando aquilo que a Tempestade Kristin levou consigo.

Mais do que danos materiais, os ventos trouxeram lágrimas de quem perdeu o que levou vidas inteiras a construir, o sobressalto que ainda hoje existe ao assobiar da mais leve brisa e uma inquietude no coração de cada um de nós sobre o que o futuro nos reserva.

Estes últimos dias foram dias de provação e de desafio. Cada telhado desfeito, cada rosto desalojado, cada árvore caída é uma ferida na nossa casa comum que demorará a sarar. Cada um de nós é testemunha de uma noite em que o mundo parou e acordou diferente — um mundo onde a nossa humanidade e tudo aquilo que tomávamos como certo foi diminuído e colocado em perspetiva perante a força inquebrável da natureza.

No passado dia 12 de janeiro, quando esta Assembleia reuniu neste mesmo salão pela última vez, o contexto em que nos encontrávamos era fundamentalmente distinto. Os desejos de paz,

Aviso VII



prosperidade, saúde e felicidade que aqui trocámos, num ambiente de esperança e otimismo, foram substituídos pela tristeza, pela contemplação e pelo luto que agora fazemos conjuntamente pela nossa terra repleta de chagas e ruínas — um concelho onde a normalidade foi violentamente quebrada.

O vento que nos acordou naquela noite foi também um grito de alerta. Não só expôs a insustentabilidade da tendência humana para contar com a previsibilidade dos dias, como representou o pranto de um planeta em agonia, do qual teimamos em abusar sem conta, peso ou medida. Este planeta vive em comunhão connosco, não ao nosso constante dispor, e se continuarmos a tratá-lo desta forma, certo será que dias terríveis como os que vivemos se repetirão.

No seguimento de uma tragédia desta magnitude, somos sempre confrontados com a ambivalência da natureza humana — a sua capacidade de fazer o bem, mas também de praticar atos censuráveis quando se deixa consumir pelo desespero.

Tivemos momentos difíceis e dolorosos. Vimos revolta. Questionámos o porquê de tamanha destruição nos nossos lares e empresas. Observámos o aproveitamento vil da desgraça alheia. Testemunhámos sensacionalismos tristes e pouco éticos de quem usa a divisão para auto-promoção e promove clivagens mesquinhas em detrimento da união — essa que faz a força e revela o verdadeiro calibre das nossas gentes em tempo de adversidade. Vimos, mais uma vez, que, embora o Interior represente grande parte do território português, continua a ser tratado como o parente pobre do litoral, condenado a mendigar atenção mesmo quando se encontra ferido.

Muito poderia ser dito sobre os maus exemplos que testemunhámos. Mas este não é tempo de acusações nem de cálculos supérfluos. Este é tempo de fazer diferente. É tempo de gratidão.

É tempo de agradecer aos nossos autarcas, que abdicaram das suas próprias casas e famílias para, durante semanas, ajudarem o próximo no espírito de serviço que deve orientar o serviço público. Os nossos Presidentes de Junta e o Executivo Camarário deram de si tudo o que tinham para mitigar os efeitos de uma provação sem precedentes.

É tempo de agradecer aos nossos bombeiros, que mais uma vez demonstraram que nunca deixarão para trás qualquer sertaginense, onde quer que esteja no nosso concelho. Tal como eles, as nossas forças de segurança e as Forças Armadas colocaram-se prontamente no terreno, em condições muito difíceis, para salvaguardar a transitabilidade das vias e a segurança das nossas terras.

É tempo de agradecer aos funcionários da E-Redes e aos funcionários municipais, que durante dias consecutivos, em condições meteorológicas adversas, garantiram que, dentro do possível, a todos chegava eletricidade, comunicações e água corrente.

É tempo de agradecer também ao Estado Central pelas medidas adotadas para mitigar o sofrimento das populações e assegurar a reconstrução futura, bem como pelas visitas institucionais que demonstraram atenção pela desgraça que aqui ocorreu.

E, acima de tudo, é tempo de agradecer às populações, quer seja aos particulares, empresas, associações e IPSSs. As nossas gentes aguentaram — e continuam a aguentar — como verdadeiros beirões que são, as provações que lhes lhe são colocadas. Muitos encontraram também na ajuda ao próximo um sentido de missão e propósito quando o desconhecido era a realidade dos dias. É uma honra, para qualquer um dos autarcas reunidos aqui hoje, puder dizer que representamos tão nobre e estoico povo.

O tempo ainda não é de descanso. A Princesa da Beira jaz ferida, mas não jaz vencida. O foco agora é reconstruir tudo aquilo que o vento nos roubou e preparar o futuro para que não voltemos a ser surpreendidos.

Em 1940, numa outra invasão — desta vez humana, e não meteorológica — quando as tropas alemãs ocuparam o território francês e a cidade de Paris, tomaram também um pequeno palacete onde habitava D. Amélia de Orleães, última rainha que Portugal conheceu. Quando o Governo português lhe sugeriu que regressasse a território nacional para escapar a esta agressão, a idosa monarca terá respondido: *“Na minha desgraça, a França acolheu-me; não a abandonarei na desgraça dela.”*

Nunca a nossa Sertã, esta casa comum que acolhe todos os seus filhos, de nascença ou de chegada tardia, nos abandonou na nossa desgraça. Façamos destas palavras o nosso guia.

Cabe a cada um de nós reerguer, reconstruir, sarar e seguir em frente.

Cabe a cada um de nós não abandonar a nossa casa na desgraça dela.

O Deputado Municipal

(João César Duarte Antunes)

Alexandre  
J. J.

## Intervenção Assembleia Municipal – 16 de fevereiro de 2026

### Ponto 1.3. Período Antes da Ordem do Dia

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Sertã,  
Exmas. Sras. Secretárias da Mesa,  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Sertã, Dr. Carlos Miranda,  
Exmos. Srs. Vereadores,  
Exmos. Srs. e Sras. Deputadas Municipais,  
Exmos. Srs. e Sras. Presidentes de Junta,  
Comunicação Social, Público presente e todos os que nos acompanham através da Rádio  
Condestável,


Gostava de trazer algumas questões associadas ao tema que mais nos assola nos últimos dias: a passagem da tempestade Kristin e a destruição que nos deixou.

Considero que há matérias que não podem continuar a ser tratadas com silêncio administrativo. E a proteção civil é uma delas.

No dia 29 de abril de 2024 questionei o Senhor Presidente de Câmara, nesta assembleia, sobre um pedido feito na altura ao Município pela Junta de Freguesia de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais, relativamente à autorização para criação de uma Unidade Local de Proteção Civil na Freguesia. Sobre se era intenção do executivo levar este pedido a discussão na próxima Comissão e qual a importância que o Sr. Presidente atribuía a estas Unidades como complemento para a Proteção Civil Municipal. A esse ofício formal remetido a este município em junho de 2023, e reiterado em março de 2024, a Junta de Freguesia não chegou a obter resposta formal, entendendo, na altura enquanto Presidente de Junta, que naquele momento não era dessa forma que o Executivo Municipal pretendia reforçar e organizar a Proteção Civil.

Hoje, quero lembrar esta passagem porque, se as Juntas trazem temas sobre a Proteção Civil, através da constituição de ULPC's ou de o que quer que seja, não é por capricho. É porque se preocupam. É porque estão no terreno. É porque são, muitas vezes, o primeiro rosto da proteção civil junto das populações. E é também importante recordar que o fazem sem formação técnica específica. Fazem-no por sentido de responsabilidade e pela função que desempenham. Mas, dessa forma, precisam de sentir segurança no caso de terem que dar resposta ou simplesmente de se posicionarem numa situação como a que acabámos de viver. Precisam sentir-se mais munidos de ferramentas.

Durante o tempo em que exerci funções como presidente de junta, o único suporte formativo ou orientação que tive em matéria de proteção civil foi através da ANAFRE, tal como aconteceu com muitos autarcas aqui presentes. E acho que isto nos deve preocupar. Porque a segurança constrói-se com preparação antecipada. E deve preocupar o Senhor Presidente da Câmara porque será sempre o senhor Presidente a dar a cara enquanto responsável máximo da Proteção Civil a nível Municipal.



Portanto, se este é o tempo de reconstruir o concelho, se este é o tempo de reforçar a proteção civil do concelho, então tem de ser também o tempo de dar ferramentas, orientação e capacitação a quem está no terreno. Porque, e todos temos consciência disso, há catástrofes que não podem ser prevenidas, mas a resposta pode — e deve — ser preparada. A reação não se improvisa. Planeia-se. E é precisamente para isso que existem, penso eu, estruturas técnicas de proteção civil: para trabalhar cenários, para antecipar respostas, para garantir organização no terreno e para transmitir segurança às populações.

É neste ponto que gostava ainda de questionar ao Senhor Presidente, e já que hoje trazemos também a aprovação em ponto seguinte da ordem de trabalhos, de outros dirigentes/chefes de unidade, gostava de saber se existe previsão para a nomeação do Coordenador Municipal de Proteção Civil, função prevista e obrigatória por lei em todas as estruturas de Proteção Civil Municipais? E cito *“a quem compete, entre outras funções, dirigir o Serviço Municipal de Proteção Civil e acompanhar permanentemente e apoiar as operações de socorro que ocorram na área do Concelho, (...) que o Coordenador Municipal de Proteção Civil depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara, a quem compete a sua designação, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos”*. Isto é, uma coordenação técnica especializada, permanente e coordenada.

No executivo municipal, temos o privilégio de existirem membros dotados de capacidade técnica, e dessa forma, é uma mais valia ao executivo e à comunidade. No entanto, a criação desta figura no seio autárquico e prevista em lei não me parece sem fundamento, considerando também, enquanto munícipe, ser indispensável existir coordenação técnica especializada, permanente, coordenada e autónoma. A separação entre função técnica e decisões políticas não me parece ser detalhe. É sim uma garantia de rigor, de transparência e de confiança pública.

Senhor Presidente, gostava ainda de lhe transmitir a minha sensibilidade sobre a comunicação realizada neste tempo de crise, como contributo enquanto cidadã e residente neste concelho, na freguesia de Cernache do Bonjardim. Reconhecendo os passos positivos já dados pelo Município da Sertã no que respeita à comunicação através de meios digitais mais utilizados hoje em dia, parece-me que, em tempos delicados, em que muitas pessoas tiveram imensos prejuízos materiais, em que a saúde mental de todos nós fica naturalmente mais fragilizada com o rasto de destruição que temos à nossa volta, comunicar não pode passar apenas por informar. Em tempo de crise, comunicar é tranquilizar. É orientar. É fazer sentir às populações que não estão sozinhas. Esse tipo de comunicação que transmite acolhimento, conforto e segurança, nestas alturas, é também proteção civil, é liderança.

Quero aproveitar, naturalmente, para felicitar todos os operacionais, técnicos, autarcas e voluntários que estiveram no terreno. E que continuarão, pois há muitas pessoas que continuam a precisar de respostas. E é isso que as populações esperam de nós.

Muito obrigada.

Maria João Ribeiro

---

Membro da Assembleia Municipal pelo Partido Socialista

Alexandre  
#  
d

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras Secretárias

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores

Sras. Deputadas e Srs. Deputados Municipais

Técnicos do município

Comunicação social, Rádio Condestável, todos os ouvintes e Comarca da Sertã

Estimado público aqui presente

A recente tempestade que atravessou o nosso concelho voltou a demonstrar a importância vital de termos uma proteção civil organizada, próxima e preparada. E é precisamente por isso que hoje quero reforçar a relevância da existência de um **Coordenador Municipal de Proteção Civil**.

Quero deixar claro que esta intervenção **não significa, de forma alguma, que o sistema não funcionou**. Pelo contrário, todos os agentes, executivo municipal, bombeiros, GNR, proteção civil, serviços municipais e juntas de freguesia, estiveram à altura das circunstâncias e responderam com enorme dedicação. Mas é exatamente por reconhecermos o valor desta resposta que devemos ambicionar ir ainda mais longe.

Os municípios vizinhos já dispõem de um Coordenador Municipal de Proteção Civil, uma figura que assegura articulação permanente, planeamento estratégico e capacidade de resposta ainda mais integrada. Se os concelhos ao nosso redor já beneficiam dessa estrutura, então é legítimo e necessário perguntar: **por que razão a Sertã não há de ter também?** Não se trata de corrigir falhas, trata-se de reforçar o que já funciona e preparar o futuro com mais robustez.

Mas a proteção civil não se faz apenas ao nível municipal. Faz-se, sobretudo, **nas freguesias**, onde os problemas surgem primeiro e onde a proximidade às populações é determinante. Por isso, quero igualmente sublinhar a importância das **Unidades Locais de Proteção Civil**.

Estas unidades são essenciais para garantir uma resposta rápida e informada. São elas que conhecem o território ao detalhe, que identificam vulnerabilidades, que acompanham as populações mais frágeis e que conseguem atuar nos primeiros minutos, quando cada decisão conta. Criar e reforçar estas unidades é reforçar a segurança das pessoas. É aproximar a proteção civil de quem mais precisa. É preparar o concelho para fenómenos que, infelizmente, serão cada vez mais frequentes.



A proteção civil funciona melhor quando existe coordenação forte no topo e estruturas ativas na base. É este equilíbrio que queremos construir um concelho com liderança clara na coordenação, e freguesias com unidades locais de Proteção Civil fortes, preparadas e integradas.

A Sertã merece estar alinhada com os melhores exemplos da região. E este é o caminho para lá chegar.

Muito obrigado.


Sertã, 16 de fevereiro de 2026

Joaquim José da Silva Pereira Alves

Presidente de Junta de Freguesia da Sertã

---

---

Anexo X 

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Senhores Secretários,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Sertã e Senhores Vereadores do  
Executivo Municipal,  
Senhores Deputados,  
Comunicação Social,  
Público em geral,

Vivemos um momento de enorme devastação no nosso território. Houve e continua a haver sofrimento real, isolamento, perda de bens e ainda hoje há famílias que permanecem sem eletricidade desde o dia 28 de janeiro. Isso não pode ser relativizado. Quero começar por reconhecer o esforço de todas as entidades, trabalhadores e voluntários que estiveram no terreno, com um agradecimento muito especial aos Bombeiros de Cernache do Bonjardim e da Sertã, cuja dedicação foi absolutamente determinante.

É também justo reconhecer algo que fez verdadeiramente a diferença: vizinhos ajudaram vizinhos. A resiliência e a solidariedade das nossas populações foram determinantes para que o território resistisse.

Momentos excecionais exigem respostas excecionais. E é precisamente por isso que devemos retirar aprendizagens estruturais.

Esta experiência mostrou que é necessário reforçar a preparação e capacitação das freguesias no âmbito da proteção civil, para que possam responder com maior autonomia nas primeiras horas.

Nas primeiras 48 horas sentiu-se falta de mecanismos que permitissem reforçar temporariamente os recursos administrativos e operacionais das Juntas. As equipas são pequenas e a pressão foi muito elevada.

Não podemos depender exclusivamente de mão de obra voluntária — ainda que generosa — sobretudo quando muitos desconhecem as especificidades do território.

Precisamos também de prever meios alternativos de comunicação quando as redes falham.

Deve igualmente garantir-se que a dimensão da saúde pública esteja sempre integrada na resposta, desde o apoio psicológico às populações até à gestão de impactos sanitários associados a danos em infraestruturas essenciais.

É fundamental que estejam previamente definidos critérios públicos e transparentes de prioridade na gestão de recursos doados, garantindo que as respostas chegam primeiro às situações sociais mais vulneráveis.

Muito fica por dizer, mas o essencial é que saibamos transformar esta experiência em preparação para o futuro.

Muito obrigada

A Deputada Municipal

Celia Luis

## Cumprimentos institucionais

Venho hoje a esta tribuna para falar de **prioridades**. A política, no seu estado mais puro, é a arte de escolher o que é urgente em detrimento do que é acessório. Mas o que vemos hoje na Sertã, após a passagem da Depressão Kristin, e das restantes, é uma profunda e preocupante inversão dessas prioridades.

### 1. A Incoerência dos Eventos

A falta de foco torna-se evidente quando olhamos para o calendário de eventos do concelho. O executivo decidiu cancelar a **Romaria de S. Nuno** e o **Festival do Maranhão** — este último, o maior embaixador da nossa economia local. Alegaram necessidade de canalizar recursos para a reconstrução e a segurança.

No entanto, estranhamente, os recursos e a segurança já parecem abundar para realizar a **Maratona da Leitura** e o **Festival do Vinho Avinharte**.

Que critérios técnicos explicam que um festival de vinho possa avançar, mas uma romaria tradicional ou o festival da nossa iguaria maior, o Maranhão, não?

Como explica este executivo aos produtores locais que vão perder receitas vitais, enquanto a Câmara gasta verbas em logística para outros festivais?

Como justifica o executivo a manutenção de uma despesa prevista de **140 000 €** na Maratona da Leitura e de **7 400 €** no Festival Avinharte, num contexto em que afirma ser necessário cancelar eventos para 'poupar' e 'reconstruir'?

### 2. A Emergência nas Escolas

Continuemos pelo que é mais sagrado: a educação e o bem-estar dos nossos jovens. É inadmissível que, semanas após a tempestade, a Escola Secundária e a EBS continuem num estado de precariedade gritante.

Temos alunos a almoçar em salas de aula adaptadas porque **chove dentro do refeitório**.

Temos o bar da escola secundária encerrado, obrigando alunos e funcionários a sair do recinto escolar para tomar um café ou pequena refeição, obrigando a deslocação de menores para o exterior do recinto escolar.

Senhor Presidente, não estamos a falar de obras de estética, que também estão atrasadas. Estamos a falar de baldes a apagar a chuva em espaços de refeição!

Pergunto: Qual é o calendário urgente para estas reparações?

E por que razão estas obras não foram uma das prioridades absolutas deste executivo desde o primeiro dia após a Kristin?

### 3. O Desprezo pelos Trabalhadores (Carnaval)

Para agravar este cenário de desconexão com a realidade, assistimos agora à decisão de não conceder tolerância de ponto no Carnaval aos funcionários municipais.

Sabemos que é uma decisão legalmente permitida pela autonomia municipal, mas é uma decisão **politicamente insensível**. Num momento em que os funcionários da Câmara foram chamados a um esforço extra para limpar o concelho após a tempestade, o Senhor Presidente "premeia-os" retirando-lhes um dia de descanso e tradição que o próprio Governo central reconheceu a todos os outros funcionários públicos.

**Em resumo, Senhor Presidente:** Temos dinheiro e logística para o vinho e para a leitura, mas não temos para consertar telhados de escolas?

Temos rigor para obrigar os funcionários a trabalhar no Carnaval, mas não temos rigor para manter vivas as nossas tradições mais populares como o S. Nuno e o Maranhão?

A Sertã não pode ser gerida com esta política de "filhos e enteados".

Os munícipes exigem dignidade nas escolas, apoio à economia tradicional e respeito por quem trabalha.

Tenho dito.

Maria João Torres, pela bancada do PSD

Maria João Torres

Amexo XII  
D.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmas. Sras. Secretárias

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Senhores/as Vereadores/as

Exmos. Membros da Assembleia Municipal

Comunicação Social, público aqui presente e ao que nos ouve através da Rádio Condestável

### **28 de Janeiro, a madrugada em que o vento nos quis tombar**

Naquela manhã, o cenário que percorri era desolador, desde o Jardim da Serrada, passando pelo Pinheirinho onde tive que voltar para trás, pelo percurso tenebroso e lento no IC8, ao contornar árvores e cabos até conseguir chegar à Vila de Cernache do Bonjardim, onde tudo parecia que tinha sido virado do avesso e conseguir finalmente chegar ao Castelo, entre mais árvores caídas, cabos, chapas ~~sadwiche~~ e muita destruição, para deixar o meu filho ao cuidado da minha mãe, sem eletricidade nem comunicações... Foi um percurso imensamente perturbador e desolador assim como os dias que se sucederam.

Já vivemos algumas calamidades, sobretudo no que toca a incêndios mas acho que nada comparado à destruição que esta tempestade deixou. Ver um sobreiro centenário tombado, para muitos pode significar apenas uma árvore, mas para mim e muitos que enfrentam esta situação é parte da nossa história, das nossas vivências e das nossas memórias, são árvores que atravessam gerações, que despertam muitas emoções, e que agora estão tomabadas no chão. Às vezes, em certos lugares, quando olho ao meu redor, tenho a sensação que estou noutra sítio, porque a paisagem se alterou.

Muitos foram e serão os agradecimentos feitos às diversas entidades envolvidas pelo seu trabalho incansável ao longo destes dias, que subscrevo na íntegra, mas em particular quero deixar uma palavra de conforto e agradecimento a todos os cidadãos deste concelho, sob a premissa que a Proteção Civil começa em cada um de nós, que com os seus próprios meios cortaram árvores para desobstruir estradas, subiram a telhados para os tentar consertar, colocando-se muitas vezes em perigo, aos que de alguma forma ajudaram o próximo, aos que viram as sepulturas dos seus entes queridos destruídas, àqueles que ficaram dias e dias sem eletricidade, sem comunicações, com chuva a cair dentro das suas casas, sendo que alguns ainda se encontram nessa situação.

Um agradecimento especial também às colaboradoras dos vários Centros Sociais que prestam apoio aos mais vulneráveis. Que ficaram com as suas instalações bastante afectadas mas isso não as impediu de cumprirem a sua nobre missão. Não deveríamos ter que assistir às funcionárias do Centro Social da Cumeada a cofecionarem as refeições na rua debaixo de um coberto, que felizmente não voou, ou ver as funcionárias do Centro Social Nossa Senhora da Confiança em cima do telhado da instituição a colocar lonas e telhas. Nem o Lar do Castelo estar sem aquecimento, nem instituições a receberem desolajados quando elas próprias estão em contingência. Urge pensar numa resposta habitacional de emergência para este tipo de situações. Neste caso ainda houve alguns desalojados, mas há casos em que a permanência na Zona de Apoio e Concentração à População (ZCAP) ou numa unidade hoteleira pode não ser a mais indicada, sobretudo quando existem crianças e a situação prevaleça no tempo. Porque a qualquer momento podemos ter no concelho uma família que fique desalojada, por qualquer incidente, e não termos a melhor resposta.

O nosso povo é muito resilente, e apesar de termos abanado, isto não nos irá tombar, mas irá deixar as suas marcas em todos nós, e as pessoas precisam de apoio, não só a nível monetário e de bens, mas também social e psicológico. É necessário sair e ir ao encontro das pessoas, casa a casa, aldeia a aldeia, um pouco como fazemos quando são as campanhas eleitorais, porque caso contrário, apesar dos recursos estarem à disposição, a maioria das pessoas não virá à procura deles.

Entendo que esta não é a altura de críticas, mas sim de um esforço coletivo para a recuperação do nosso concelho com a colaboração conjunta de todos e analisando de forma séria e construtiva o que não correu tão bem e como podemos melhorar. Como disse, o atual presidente da Câmara de Ansião, Prof. Jorge Cancelinha, que foi meu professor aqui na Escola Secundária da Sertã, a propósito do investimento de 150mil euros em geradores e internet por satélite, "se daqui a um mês a resposta que tivermos para dar às pessoas (num contexto de catástrofe) for exatamente igual à que tivemos agora, então não estamos cá a fazer nada".


Grata pela vossa atenção,

Cláudia António (PSD)

Cláudia António

---

Sertã, 16 de Fevereiro de 2026

Anexo X(11) 

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA SERTÃ**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 FEVEREIRO 2026**

*Ponto 2.1 Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal*

*Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal;*

*Exmas Senhoras ~~os~~ Secretários <sup>e Secretário</sup> da Mesa;*

*Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal;*

*Exmas ~~as~~ Senhoras ~~as~~ Vereadoras ~~as~~ Municipais;*

*Exmos Senhores Vereadores Municipais;*

*Exmas Senhoras e Senhores ~~as~~ Deputados Municipais;*

*Exma Senhora ~~e Senhor~~ Técnico ~~os~~ Municipais que assessorei ~~em~~ a Assembleia;*

*Jornalistas da “Rádio Condestável” e jornal “A Comarca da Sertã” e aqueles que através deles nos escutam ou leiam e bem assim;*

*Todo o público presente na sala, a todos o desejam de uma boa tarde.*

Não é por demais salientar o desempenho verdadeiramente excepcional dos atletas do núcleo de natação do **Centro de Cultura e Desporto** da Câmara Municipal, que semana após semana nos trazem títulos de campeões, em infantis, juvenis e juniores.

Eles são campeões regionais, inter-regionais, zonais e não se admirem se qualquer dia aparecer um título nacional.

Os campeões nascem em qualquer lugar, mas para lá chegar precisam de tempo, muita, muita dedicação e acompanhamento por parte dos pais e daqueles que os treinam.

Estamos a falar de jovens, raparigas e rapazes entre os treze e os dezassete anos, de que nos devemos orgulhar. Falamos de jovens que frequentam o ensino nas nossas escolas e que fora dela dedicam o seu tempo a treinar e a competir, quando o podiam fazer em outras atividades, que por vezes não seriam as mais convenientes.

Mas, aqui existe um mas e não querendo ser advogado da adversidade, ponho a questão:

***“Que foi feito dos jovens, que ao longo destes anos, tiveram que seguir para universidades e institutos politécnicos, para prosseguir a sua formação académica, de que nunca mais ouvimos falar em termos desportivos?”***

***PERDERAM-SE!***

Há que mudar então este estado de coisas, criar as mesmas condições, para quem não mora na chamada Zona, que está para lá das áreas urbanas de Lisboa, Porto, Coimbra, Faro e outros grandes centros, possam ter o acompanhamento que aqueles tem, para que também no desporto, eles possam atingir a elite e obter resultados de que nos possamos orgulhar.

Porque de futebóis estamos fartos. Desiludam-se aqueles que pensam de maneira diferentes. Ronaldos, Eusébios, Figos e outros, não nascem a toda a hora e em qualquer lugar, agora bons nadadores teremos muitos, há que incentivá-los.

***“Natal e apoio a 220 Famílias através de Cabazes de Natal”***

Poderão alguns pensar que este número é demasiado exagerado para um conselho como o nosso.

Não se iludem, porque provavelmente o número poderia ser maior, o que não me admirava, só que alguns por vergonha não se

Pena que outros, que também o deferiam fazer, se calaram, para ficarem bem na fotografia do padrinho.

Há que ser assertivo, quando se deve ser, defender aqueles que são a força viva de um conselho, deve ser o ponto de honra de um Presidente de Câmara.

### ***Catástrofe Kristin***

Não ficaria de bem com a minha consciência, se nesta minha intervenção, nada dissesse sobre esta catástrofe, dos seus efeitos nefastos nas casas de habitação, floresta, vias de comunicação, rede elétrica, rede telefónica e de internete, não podendo esquecer as vítimas humana provocadas pela intempérie.

Os custos são nalguns casos, elevadíssimos e direi sem qualquer reboço, demasiado elevados para aqueles que os suportaram.

Mas também e deixem me dizê-lo, que há algo de que me orgulho: A forma abnegada, com que o vulgar cidadão, respondeu e sem olhar só para si, olhou para o lado para o seu vizinho, não fazendo distinção se era bom ou mau, da cor, direi mesmo raça, havia que arregaaçar mangas e vamos ao trabalho. ***Ajudemos quem precisa.***

As entidades oficiais e oficiosas de forma célere deram um exemplo que é sempre bom referir; Camara Municipal e todos os seus serviços, Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários do conselho, G.N.R., Sapadores Florestais, exército e várias outras entidades, na área da proteção civil, exteriores ao conselho e muitos, mas muitos cidadãos anónimos, que disseram estamos aqui para ajudar, deem as ordens, onde, o quê e como.

Numa primeira fase havia um estado de letargia, que rapidamente desapareceu e de forma pautada e coordenada houve o delinear das operações. Tudo isto teve no executivo e na pessoa do Presidente,

candidataram. Existe nesta terra, muito mais gente em situação economicamente difícil.

Sim ajudemos aqueles que em dificuldade, de uma forma ou de outra, se abeiram junto dos Serviços Sociais do Município, para solicitar o seu apoio e que este, que nem tudo gastou em festas e festinhas, os possam atender não só no Natal, mas em qualquer época do ano, em que aqueles estejam em dificuldade.

***“Município da Sertã defende Programa para Albufeira do Castelo do Bode que promova o desenvolvimento económico do território”***

Uma vez mais o Governo do país tem em discussão o Programa para a Albufeira do Castelo do Bode, pretendendo fazer o que sempre fez: ***“esquecer os conselhos que são territórios ribeirinho às suas águas e os que neles habitam.”***

Primeiro foi a exploração dos proprietários dos terrenos da bacia hidrográfica, que à força, refiro força, os foram obrigados a ceder por umas cascas de alho, ou vendes ou vendes.

Depois foi a Lei, que de uma forma ou de outra, restringiu a construção da casa, em que eles habitavam, tão próxima da que anteriormente tinham e que para as substituir se viram obrigados a fazê-lo onde por imposição o determinaram.

Estes são apenas dois, dos muitos atropelos que tem acontecidos ao longo dos anos.

Felizmente os tempos são outros e foi assim que o Presidente desta Edilidade, não deixou de dizer em voz alta: ***“Este documento é demasiado restritivo à economia, ao turismo e ao desenvolvimento possível e sustentável desta região”***.

---

bem como daqueles que o assessoraram, o pilar de sustentabilidade que era necessário.

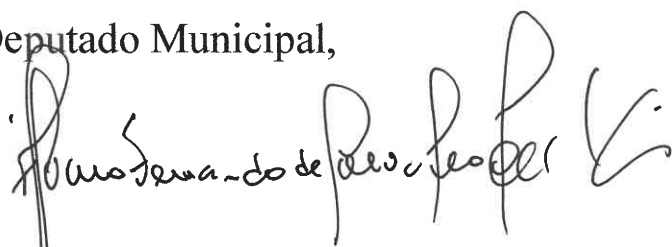
Dirão alguns que nem tudo correu bem, mas tenham vergonha e deem a cara, porque fenómenos meteorológicos desta natureza, preconizo – Tornado Classe III (ventos entre 150/180 Km/horas), com extremo de 208 Km/horas em Soure, vão voltar a acontecer e aí esses profetas da má língua, venham dizer como e que fariam para poder correr melhor.

Lembrem-se dos fogos florestais, que de forma repetitiva, tem acontecido todos os anos, sem que sejam tomadas medidas sérias e à séria, para que não aconteçam e para o caso de acontecerem, minimizar os seus efeitos.

Ofereço o meu tempo e a minha experiência, para a discussão do problema, de forma séria, leal e transparente, para que todos daí possam receber benefícios.

Sertã, 16 Fevereiro 2026

O Deputado Municipal,



Álvaro Fernando de Carvalho Monteiro

Anexo XIV  


## Intervenção Assembleia Municipal – 16 de fevereiro de 2026

### Ponto 2.6.1 - Relatório Anual da CPCJ da Sertã

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Exmas. Sras. Secretárias da Mesa da Assembleia,  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Sertã, Dr. Carlos Miranda,  
Exmos. Srs. Vereadores,  
Exmos. Srs. e Sras. Deputadas desta Assembleia Municipal da Sertã  
Exmos. Srs. e Sras. Presidentes de Junta,  
Comunicação Social, todo o Público Presente e aos que nos ouvem através da Rádio Condestável,

Trago para conhecimento da assembleia e de todos os que nos ouvem, feedback sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Sertã, no concelho da Sertã, da qual fazem parte quatro elementos nomeados por esta assembleia municipal, nomeadamente, Cláudia António, Marta Gato, Diogo Matias e eu, Maria João Ribeiro.

O relatório anual 2025 foi remetido, como prevê a lei, para o Ministério Público, Assembleia Municipal da Sertã e Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, bem como para o senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadora com pelouros de Ação Social, Educação, Saúde e Juventude.

Este relatório transporta dados objetivos que traduzem a realidade do território e o esforço diário de intervenção, seja ao nível da gestão processual, seja ao nível da execução de atividades de prevenção no que respeita à promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens.

No ano de 2025, com o total de novos processos e reaberturas, às quais acrescem processos transitados de anos anteriores, resultou um volume global de acompanhamento significativo de 98 casos com instrução. Este número representa uma subida de 31% de casos instruídos, comparativamente ao ano transato (2024).

A problemática sinalizada mais predominante continua a ser a violência doméstica, a qual deu origem à instauração de processo de promoção e proteção para 47 crianças ou jovens sinalizados, o que corresponde a aproximadamente 50% das sinalizações, seguidas das problemáticas associadas a problemas comportamentais e saúde mental, negligência, mau-trato, bullying, violência sexual e outros.

Como entidade que mais sinaliza perigo para as crianças e jovens, encontra-se a Guarda Nacional Republicana (GNR) da Sertã, seguindo-se os Estabelecimentos de Ensino/ Escolas. Maioritariamente, a modalidade de contacto fez-se através de comunicação escrita, sendo a sinalização de forma anónima ainda usada em nove (9) sinalizações.

Relativamente às medidas aplicadas, predominam claramente as medidas em meio natural de vida, designadamente “Apoio junto dos pais”.

Importa ainda referir que a esmagadora maioria das crianças e jovens acompanhados tem nacionalidade portuguesa (cerca de 78%), desmistificando a perceção da comunidade de que a

existência de um maior número de população migrante no concelho, aumentasse os casos sinalizados à CPCJ, o que não é real.

Todos estes dados demonstram, por um lado, que estamos perante problemáticas estruturais, profundamente ligadas ao contexto familiar e social, e, por outro, que a resposta continua a privilegiar a manutenção das crianças e jovens no seu meio natural de vida, sempre que existam condições de segurança e proteção.

São números que refletem não apenas estatística, mas realidades humanas exigentes, que implicam articulação permanente entre entidades, recursos técnicos qualificados e respostas sociais capazes. E dessa forma, aproveito para agradecer, em nome da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Sertã, a todos os comissários da CPCJ que fizeram parte deste trabalho no ano 2025, a todas as entidades permanentemente em colaboração connosco, nomeadamente, Município da Sertã, Guarda Nacional Republicana, todas as instituições escolares do Concelho, nomeadamente, Agrupamento de Escolas da Sertã, Instituto Vaz Serra, ETPS, “O Pinheirinho” da Santa Casa da Misericórdia da Sertã, o Centro Social São Nuno de Santa Maria, a APPACDM, Centro de Saúde, Segurança Social, IEFP, associações de pais das instituições escolares referidas, CCD, Associações Culturais e Desportivas, entre tantas outras que trabalham diariamente nesta missão.

O plano de atividades para o ano 2026 desta CPCJ foi também aprovado em reunião da Comissão Alargada em 14 de janeiro de 2026, encontrando-se já em execução. Para o ano 2026, a CPCJ procurará realizar ações preventivas e de sensibilização no âmbito da violência do namoro, dos maus-tratos infantis e do bullying, e trabalhar temas como a educação para a diferença, ansiedade e stress dos mais jovens e competências parentais.

Muito obrigada.

Maria João Ribeiro

Membro da Assembleia Municipal pelo Partido Socialista